

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

16 DE MARÇO DE 2010

11.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

AUDIÇÃO DO DR. PAULO TREZENTOS, REPRESENTANTE DA CAIXA MÁGICA.

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar continuidade à nossa reunião desta manhã.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Antes de mais, aproveitava para informar que, amanhã, não temos a sessão que, em princípio, tínhamos pré-reservada para fazer.

Mantém-se todo o programa da próxima semana e vamos tentar fazer ainda, mas só hoje espero ter essa resposta, a audição da Sr.^a Prof. Maria de Lourdes Rodrigues, que já se encontra em Portugal, na próxima semana, em data que depois comunicaremos, pelas vias habituais, aos Srs. Deputados. Todavia, em princípio, será na data que estava marcada para uma das pessoas que foi suspensa da lista das audições.

Perguntava ao Sr. Dr. Paulo Trezentos, a quem cumprimento, se deseja fazer alguma intervenção inicial ou pretende responder, de imediato, às questões colocadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos** (Representante da Caixa Mágica): — Desejo fazer uma pequena intervenção inicial.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que o Sr. Dr. Paulo Trezentos pretende fazer uma intervenção inicial, nos termos daquilo que tem acontecido noutras ocasiões, dou, então, a palavra ao Sr. Dr. Paulo Trezentos, agradecendo a colaboração e a presença nesta Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Boa tarde a todos.

Em nome da Caixa Mágica, disponibilizámo-nos para prestar todas as informações necessárias a esta Comissão e a minha declaração é muito breve e é só para contextualizar aqui a Caixa Mágica, como empresa.

Portanto, a Caixa Mágica é uma distribuição Linux, é um sistema operativo concorrente do *Microsoft Windows* que se instala em computadores de secretária, como os que os Srs. Deputados têm à frente e em servidores.

Como produto, chamemos-lhe assim, nasceu no ano de 2000, numa Universidade Portuguesa, o ISCTE, na qual eu sou docente, e, como história é pouco original, pois nasce numa Universidade do ensino superior público.

Em 2004, fez-se um *spin-off*, uma empresa, nasce no âmbito de um centro de investigação, a *Caixa Mágica Software*, e, desde essa altura, tem vindo a crescer para oferecer produtos, como referi, de sistema operativo para *desktop* e servidor.

A nossa participação nos Programas e.escola e e.escolinha foi precisamente neste âmbito. Neste momento, já tem outras unidades de negócio, como a consultoria e outras, mas a nossa área principal é, de facto, os sistemas operativos.

O capital é 100% nacional e eu sou um dos responsáveis da Caixa Mágica.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Paulo Trezentos.

Uma vez que quem requereu a audição do representante da empresa Caixa Mágica foi o PSD, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria dar também as boas-vindas ao Dr. Paulo Trezentos e agradecer-lhe a presença aqui.

Penso que terá conhecimento que esta é uma Comissão de Inquérito e, portanto, temos um conjunto de questões para lhe colocar e, aqui, permitam-me clarificar declarações que, entretanto, foram prestadas também já por outras pessoas que aqui foram ouvidas.

As perguntas que tenho para colocar são muito com concretas.

Foi aprovada aqui, na Comissão, a solicitação, à Caixa Mágica, a exemplo do que fizemos com outras fornecedores de equipamento de *hardware* e *software*, de cópias de contratos, de protocolos e memorandos de entendimento que tivessem sido assinados com a Fundação, com o Fundo para a Sociedade de Informação ou com o Governo, no âmbito dos projectos e.escola e e.escolinha, e a Caixa Mágica respondeu que não assinou nenhum contrato, nenhum protocolo, nenhum memorando de entendimento com nenhuma dessas entidades.

Portanto, pergunto-lhe ao abrigo de que contrato ou de que disposição é que foi efectuado o fornecimento de *software*, que, depois, referem numa segunda carta que enviaram, relativa ao sistema operativo Linux, e ainda ao abrigo de que relação contratual é que foi efectuado o fornecimento e que tipo de fornecimento que, de facto, foi para os computadores que foram disponibilizados através dos Programas e.escola e e.escolinha.

Pergunto-lhe também quem é que os contactou, no sentido de se tornarem fornecedores neste âmbito, se foi a equipa de gestão do Fundo, se foi a Fundação, se foi algum Ministério, se foram os produtores ou construtores de *hardware*, os operadores de telecomunicações, já que temos referido aqui um conjunto de entidades que têm tido intervenção nestes processos e, por isso, era importante saber qual a origem destes fornecimentos e quando é que ocorreu esse contacto.

Temos referência a protocolos assinados entre a Fundação, Governo e operadores e precisávamos de saber em que data é que terá ocorrido esse contacto e, já agora, se existe algum registo documental desses contactos.

Uma segunda questão tem a ver com os valores envolvidos nestes fornecimentos. Diz-nos, numa carta que remeteu à Comissão, que o sistema operativo Linux tem licença GPL, o que significa licença pública, o que quer dizer que a sua utilização não carece de qualquer pagamento de royalties ou outros direitos de utilização e, portanto, conclui referindo que não foram emitidas quaisquer licenças de *software* por não ser aplicado.

Mais adiante diz: «Comercializam-se serviços de suporte no âmbito dos Programas referidos, o e.escola e o e.escolinha, inseridos no Programa OIM (serviços de suporte e customização com os fabricantes, como depois vem referido) e pelo fornecimento desses serviços e suporte, receberam um valor unitário por cada unidade de *hardware* vendido».

O que lhe pergunto é se não há aqui uma contradição: por um lado, não carece de qualquer pagamento de royalties, ao abrigo dos direitos de utilização, mas, por outro lado, a comercialização destes serviços de suporte e customização obriga a um pagamento. O que lhe pergunto é se não há contradição, mas, mais do que isso, se uma coisa é separável da outra, ou seja, eu posso meter o sistema operativo Linux, não comprando os serviços de suporte e customização ou estão inter-relacionados?

Ainda na mesma carta, mais adiante, refere que no caso do Programa e-escola, para o qual forneceram o sistema Linux, cada portátil é acompanhado por uma folha, uma *handout*, com um *login* e uma *password* de acesso e por cada lote de *handout* remetido, ou seja, por cada lote de folhas, é desencadeada a facturação correspondente.

Pergunto se é possível ter o sistema operativo sem o *login* e sem a *password* de acesso. Se, por um lado, diz que não factura pelo sistema

operativo, mas, depois, factura pela *login* e pela *password*. Isto está nas cartas de resposta que nos foram remetidas, a solicitação da Comissão.

Pergunto: como é que se explica isto, não factura pelo sistema operativo, mas, depois, factura pelo *login* e pela *password*? E, se uma coisa é separável da outra, mais uma vez, se é possível ter uma parte sem a outra, é para concluirmos, de facto... Há uma ideia que perpassa muito relativamente ao sistema operativo Linux, que é *free*, é completamente gratuito. Também gostávamos de saber, no global, concretamente em relação a estes dois Programas, o e. escola e o e.escolinha, quanto é que receberam por este fornecimento global, independentemente de terem recebido da Fundação, dos operadores ou de qualquer fornecedor de equipamento. Qual é o montante do negócio aqui envolvido?

Uma outra questão é saber se o *software* fornecido, se é que forneceram algum *software*, mas pense que sim, foi testado, porque ouvimos falar de um conjunto de erros e não se percebeu muito bem de quem era a responsabilidade dos erros. Mas pergunto-lhe o que é que aconteceu, relativamente a erros que foram públicos, sobre estes sistemas.

Finalmente, para percebermos também quais são as relações entre as diversas entidades aqui envolvidas, e não sei se, antes deste fornecimento, para o Programas e.escola e e.escolinha, se tinham efectuada já algum fornecimento de *software* ou sistemas operativos a alguma entidade do Governo ou a algum Ministério e, se sim, com que entidades é que se realizou esse fornecimento.

Ouvimos, em determinada altura, a comunicação social referir algumas ligações de várias pessoas, que eram membros de gabinetes ministeriais, a esta empresa e a empresas com as quais teriam relações comerciais.

Pergunto se existe esse tipo de relações e em concreto, porque, na altura, foi um nome apontado, com o Dr. Álvaro Pinto, que, penso, é co-

autor de um livro com o Sr. Dr. Paulo Trezentos e que era, na altura, assessor do Secretário de Estado da Justiça. Gostaria de saber se, de facto, o Dr. Álvaro Pinto tem alguma coisa a ver com esta empresa, com estes negócios ou com estes contratos que foram estabelecidos. Ouvimos falar dela a propósito daquela questão do apuramento dos resultados eleitorais, em que o processo foi um bocado lento, na altura.

Pergunto-lhe, em concreto, que relações é que existem, de facto, porque as notícias, na altura, referiam não só o Dr. Álvaro Pinto como o próprio Secretário de Estado da Justiça, relativamente a estas empresas. Gostávamos que este assunto fosse aqui clarificado.

Para já, são estas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem então a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Tirei nota de oito questões, mas se, por acaso, deixar alguma de lado, o que é natural, face às questões diferentes que foram colocadas, o Sr. Deputado, depois, far-me-á recordar se deixei alguma de lado.

Em relação à contratualização na Caixa Mágica, tal como noutros negócios onde participámos, como empresa privada, colocamos uma proposta a quem no paga, e, neste caso, quem no pagou, como saberão, foi a JP Sá Couto, quem integra os vários elementos do computador *Magalhães*, no caso da e.escolinha, e, no caso do e.escola, quem nos pagou foi a Inforlândia.

Portanto, o nosso suporte legal é uma factura nossa a essas empresas e o respectivo pagamento dessas empresas e a nossa proposta a essas empresas. Portanto, nunca foi contratualizado, como de resto, noutras circunstâncias, também não é, nada específico.

Geralmente, talvez por sermos nacionais, por não sermos uma multinacional, fazemos muito poucos memorandos e contratos e protocolos com o Governo. Se calhar, infelizmente, dar-nos-ia outra capacidade de fazer vencer o nosso produto, mas temos pouca capacidade para fazer esses protocolos, e, portanto, estamos, mais ou menos, habituados a que, apesar de o nosso produto ser apelativo, penso eu, para um conjunto grande de utilizadores, não sejam feitos esses contratos, e não foram feitos, daí, a nossa resposta.

Em relação aos contactos que foram feitos e que remontam ao início, à divulgação do Programa e.escola e posteriormente ao e.escolinha, iniciámos os contactos... Não sei se os Srs. Deputados têm esta percepção, mas acho que é importante para contextualizar um pouco a Caixa Mágica, até na sequência das respostas, o mercado de sistemas operativos é um mercado extremamente difícil. Nós próprios temos levantado esta questão. E até aproveito, se o Sr. Presidente não se importar, para fazer circular um relatório que a Associação de Empresas de Open Source Portuguesas entregou, há dois anos, à Autoridade da Concorrência, sobre este mercado, que aqui, hoje, discutimos (o relatório não é público, mas, em sede de Comissão, acho que não tenho qualquer problema em mostrar), em que mostra a dificuldade de um consumidor comprar um computador, como este ou esse que aqui temos na mesa, sem o sistema operativo *Windows*. Nas lojas, não é virtualmente possível em Portugal comprar um computador de marca multinacional sem sistema operativo *Windows* pré-instalado. Para o consumidor é mau e para nós, como fornecedores, é mau, porque não conseguimos entrar nesse mercado e não conseguimos vender os nossos produtos, aquilo que temos.

Portanto, passo ao relatório só para ilustrar a dificuldade de entrar neste mercado.

Em relação à pergunta sobre os contactos, face a esta nossa dificuldade e ao fim de quatro ou cinco anos com dificuldade em entrar no mercado dos portáteis, quando ouvimos falar do Programa, iniciámos contactos com três entidades diferentes: o Gabinete do Secretário de Estado das Obras Publicas, donde parecia que vinha a iniciativa governamental; as operadoras, em concreto com a TMN, que é com quem temos uma relação de negócio, que vem da área da consultoria, ainda antes disto (prestamos consultoria ao Grupo PT, na área de sistemas operativos *open source*, como a outras empresas, aliás, com o Ministério da Justiça, como já referi e etc.); e, em terceiro lugar, os operadores ou os integradores.

Esses contactos que fizemos com os fabricantes de *hardware* foram os seguintes: Fujitsu Siemens, Toshiba, através da empresa Prológica, Inforlândia, e, posteriormente, no e.escolinha, com JP Sá Couto. Inclusive, destes contactos, a primeira oferta, chamemos-lhe assim, comercial foi com a Fujitsu Siemens. Mas o facto de ser uma empresa multinacional dificultou bastante o nosso produto e no próprio *hardware* e, então, apesar de ter sido pública a oferta, não teve expressão. Não conseguimos, nem com a Toshiba, nem com a Acer, nem com outros fabricantes, vender o nosso produto devido a acordos multinacionais com o fornecedor do *software* que, geralmente, equipa esse *hardware*. Portanto, só conseguimos com esses dois integradores institucionais, que referiu, a JP Sá Couto e a Inforlândia, a criação desse produto conjunto nacional.

Portanto, os nossos contactos foram com estas três entidades.

Em relação aos valores fornecidos e à inconsistência que aponta...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Desculpe, essas três entidades são a JP Sá Couto, a Inforlândia e...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Duas nacionais e três internacionais!

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Não! Então, os três grupos de entidades. O primeiro grupo de entidades foi...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Gabinete do Secretário de Estado, os operadores e os fabricantes.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Sim. E, dentro dos fabricantes, falámos, de facto, com os nacionais e com os internacionais, sendo que os internacionais são os quatro que referi. Em paralelo, e em concreto com o Gabinete do Sr. Secretário de Estado, que não conhecíamos, foram bastante receptivos a ouvir a nossa oferta.

Em relação aos valores fornecidos que pergunta e à inconsistência entre o GPL e o Linux ser livre, e, portanto, ser gratuito, e o facto de recebermos algum dinheiro, para as pessoas que conhecem a área não é incongruência, porque — e os Srs. Deputado conhecerão a nível de propriedade intelectual — há três coisas diferentes: as patentes, o direito de autor e a marca. A marca *Caixa Mágica* tem valorização como qualquer outra marca, nacional ou internacional. O nosso Código de Autor, no caso de programação, é o código que escrevemos, as aplicações que vão instaladas nos computadores, e este, sim, está sob licença GPL. O Sr. Deputado pode ir ao *site* da Caixa Mágica — www.caixamagica.pt — e fazer o *download* do nosso produto, por completo e sem limitação, sem ter de pagar nada.

Agora, o que acontece é que o *download* que fazemos, muitas vezes, carece de algum apoio, de algum esclarecimento de alguma dúvida ou alguma customização, e, nestes programas, de muita customização. E já vou explicar porquê. Ou seja, o Linux — e a Caixa Mágica, em Portugal, é a única empresa que comercializa o sistema operativo desenvolvido em

Portugal, mas há outras lá fora —, em concreto, vive deste modelo, em que o *software* não tem licença, mas os serviços, tanto de suporte como de customização, são pagos. Isto onera menos o cliente porque, das três componentes de um *software* informático, apenas paga duas. A nível de modelo de desenvolvimento de um país, os Srs. Deputados, depois, tirarão ilações sobre qual poderá ser mais positivo. Mas este é o nosso modelo de negócio.

Quanto à pergunta que colocou sobre se é separável a questão do suporte da própria utilização do sistema operativo, respondo «sim», e o melhor comprovante é que temos vários clientes, milhares de clientes para ser mais objectivo, nacionais, que não têm qualquer relação com a Caixa Mágica, nunca nos pagaram um tostão. Eles fazem o *download* do seu *site* e instalam. Eu sei que esta realidade não é muito conhecida, mas, pelas nossas estatísticas, são milhares e milhares de utilizadores que o fazem. Portanto, esta é a diferenciação entre o que é a customização e o *software* propriamente dito.

Quero também ilustrar o que é a customização e o suporte, para, de alguma forma, concretizar o dinheiro que nos foi pago e o trabalho que desenvolvemos.

A nossa customização é adaptar o nosso produto ao *target*, ao fim a que se destina, neste caso a estudantes do 8.º, 9.º e 10.º ou às crianças do ensino básico. Nós, para isto — por acaso, não trouxe documentação, mas poderei enviar mais tarde —, fazemos parcerias, porque, neste ecossistema, a Caixa Mágica, e penso que o referi, tem 30 colaboradores, é uma pequena/média empresa portuguesa, não conseguimos fazer tudo. Então, as parcerias que fizemos no âmbito da customização são tão variadas como a contratação, por exemplo, recentemente, com o Instituto de Línguas, da correcção e tradução dos conteúdos que vão no nosso produto, com a Faculdade de Ciências, com o estudo de usabilidade sobre se o nosso

software está ou não adaptado a crianças, com outras pequenas e médias empresas em Portugal, como a Ângulo Sólido, etc., que, de alguma forma, complementam a nossa oferta e trabalhamos em conjunto.

Portanto, quando falo em customização, falo no trabalho que a Caixa Mágica agrega, mas que, na verdade, abrange várias entidades. Até firmámos um protocolo chamado «Open e.schools», em que eram 10 ou 11 entidades que estavam agregadas e que diziam «nós temos aqui um *cluster*, chamemos-lhe assim, de *open source* para a educação, mas também para outras áreas». A customização é neste sentido.

No suporte, é um *help desk* que temos e que dá apoio directo a todos os utilizadores do *Magalhães* com dúvidas sobre a utilização do Linux em *Magalhães*, e como muitos dos pais apenas conhecem o *Windows* são muitas as questões colocadas; ou dúvidas no e.escola, muitas são as pessoas do Programa e.opportunidades ou do Programa e.escola ou do Programa e.professores que nos ligam a dizer: «ok, mas, então, em Linux como é que faço isto ou aquilo?!» E nós fornecemos não só a documentação mas também o suporte telefónico. Esta é a parte do suporte.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas era importante clarificar isto. Disse que não é separável, mas, depois, diz que na customização adapta o produto ao *target*. Ou seja, é separável para o utilizador comum, mas estamos a falar em concreto dos Programas e.escola e e.escolinha. Pergunto se, neste caso concreto, isto era separável? Isto é, se qualquer das entidades envolvidas nisto poderia ter comprado apenas a parte do sistema operativo sem a customização.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Respondendo à questão, sim! Não precisa de comprar, pode fazer o *download* do nosso *site*. Agora, ao fazer o *download* do nosso *site*, faz...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Não estava, mas essa foi a adaptação que fizemos!

Pode esclarecer a pergunta, porque talvez não esteja a percebê-la?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — No caso dos Programas e.escola e e.escolinha não é separável. Posso concluir isto porque, no caso do utilizador comum, posso, de facto, fazer o *download* e utilizo o sistema operativo e abduco da customização e do *help desk*, mas, no caso do e.escola e do e.escolinha, se isto acontecesse, o programa não estaria adaptado ao *target*, não estaria adaptado às crianças do ensino básico ou aos estudantes do ensino secundário.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — A questão da adaptação é um melhoramento do *software*. Quer dizer, nós temos crianças do básico e do secundário que utilizam Caixa Mágica, porque os pais fazem *download* e instalam computadores para eles. São casos até interessantes, e eles não precisaram de customização. Agora, se vamos distribuir 450 000 ou 400 000 exemplares, podemos ainda melhorar, introduzindo aqui as contribuições dos parceiros, e é este o melhoramento. Agora, a adaptação não é essencial para utilizar. Era possível fazer o *download* do *Linux Caixa Mágica* e instalar nesses computadores sem pagar nada, nem à Caixa Mágica, nem aos parceiros que trabalharam neste projecto.

Mais uma vez, também o suporte, a customização, etc., cada componente desses é dissociável, sim, é possível dissociá-lo.

Ainda em relação à quarta questão, ao *handout*, que referiu do Programa e.escola, o *login* e a *password* são de acesso à parte de suporte, não são de acesso ao sistema. Qualquer pessoa que adquira um computador e.escola com o nosso produto, pode ter acesso ao computador sem esse *login* e sem essa *password*. O *login* e a *password* é para condicionar quem comprou o produto e quem nos pagou o valor respectivo, condição de acesso ao suporte e ao *help desk*. Mais uma vez está dissociado. Aquele *login* e aquela *password* são diferentes para cada cliente e são de acesso ao suporte, para nós contabilizarmos as questões colocadas e para termos informação acerca do nosso cliente.

Sobre quanto é que recebemos, a Caixa Mágica, também com total transparência neste processo, mesmo não sendo esse o pedido, enviou à Comissão todas as facturas que, no âmbito do e.escola e do e.escolinha, foram feitas. Portanto, eu tenho-as aqui, é uma questão de as somar, se o Sr. Deputado quiser, mas penso que também as tem.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não sei se é a totalidade, e, por isso, pergunto, em concreto, se a documentação enviada é a totalidade das facturas emitidas para esses dois fornecedores, JP Sá Couto e Inforlândia e resume-se a isto: os Programas e.escola e e.escolinha?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Confirmo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas tem ideia de quanto é que isso soma?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Confirmo que a nossa facturação, no âmbito do Programa e.escola e do Programa e.escolinha, à data e até hoje, é aquela que enviámos.

Não tenho de cabeça quanto foi facturado, mas, se quiser, posso somar... Portanto, tudo o que há está aqui, mas não tenho de cabeça quanto foi facturado.

Penso que respondi à quinta questão.

Em relação aos erros — no caso, penso que se refere ao Programa e.escolinha — que foram levantados, a responsabilidade é nossa e, também aqui, peço desculpa, em nome da Caixa Mágica, pelos erros cometidos no projecto Magalhães. A responsabilidade do produto é nossa, fomos nós que o desenvolvemos e os erros foram permitidos por nós. Todos erramos, percebemos que errámos. Já tentámos melhorar para futuros produtos, seja neste ou noutro âmbito, em concreto, fazendo parcerias na área da linguística, em concreto com o IFILP.

Para nós, incomodou-nos, percebemos o impacto, o efeito e o aspecto negativo numa coisa que é para as nossas crianças — também tenho três filhos e, portanto, sei o que isto é —, mas é um erro nosso. São programas que, geralmente, são feitos com *timings* apertados, como tem de ser, e com os quais nos comprometemos, mas, depois, face aos *timings* apertados, não foi revista aquela aplicação em particular. Muitas vezes, na comunicação social, a informação não é transmitida, mas os *upgrades* foram sendo feitos e as pessoas que, depois, se ligassem à *Internet* poderiam fazer as actualizações. Mas o mal estava feito e a responsabilidade é nossa e esta foi a forma que nós arranjamos para, no futuro, colmatar e para enriquecer e aprender também com esse nosso erro.

Em relação aos fornecimentos a outras entidades da Administração Pública, de facto, sim, já trabalhámos com outras entidades da Administração Pública. Trabalhámos com o Ministério da Educação, em 2004, para as salas TIC, que são salas de aula com computadores (isto foi no Governo do PSD do Dr. Durão Barroso, salvo erro, perdoem-me se estou a falhar as datas), em que fornecemos *dual boot*, o *Windows Caixa*

Mágica em 14 000 computadores da Administração Pública, e fomos pagos, precisamente, por essa customização e esse suporte, em 2004. E, nessa altura, trabalhámos também com o Dr. Diogo de Vasconcelos, enquanto Deputado e, depois, na UMIC, na divulgação destas oportunidades a nível de *software* na Administração Pública. Foi, também neste âmbito, que foi feito o fornecimento a outras entidades, Institutos e câmaras municipais, dos nossos produtos de *appliances*, etc. E posso ilustrar mais.

A última questão que tenho anotada, quanto ao Dr. Álvaro Pinto, penso que se refere a um outro caso, que se passou precisamente aqui, na Assembleia da República, em que, contextualizando, houve, na noite eleitoral, problemas no cálculo dos resultados, que foi um problema, ao que sei, do *mainframe* do computador principal, mas a Caixa Mágica foi trazida, na altura, para a discussão, inclusive para a capa do *Expresso*, e, sinceramente, não temos qualquer contacto com o *software*, o sistema operativo do servidor ou qualquer outra razão.

Nessa altura, o que foi veiculado... Estava a passar-se no Ministério da Justiça outra situação e que foi, de alguma forma, uma outra agenda que associou o problema à iniciativa que estava a ser feita. A iniciativa que estava a ser feita, que o Sr. Deputado, se calhar, como já referiu, conhecerá, foi a tentativa de ter no Ministério da Justiça um sistema operativo *Linux Caixa Mágica*, customizado, adaptado, tal como os Srs. Deputados, penso eu, têm no Hemiciclo (a possibilidade de arranque duplo, com um produto que não é *Caixa Mágica*, é um concorrente sul-africano, mas foi a vossa opção, e muito bem). A tentativa foi fazer para o Ministério da Justiça essa adaptação, essa customização.

Ora, isto mexia com interesses instalados muito grandes. O contrato da Microsoft, em concreto, eventualmente ameaçado pelo nosso esforço, é de muitos milhões de euros por ano. E, portanto, nessa altura, num

projecto-piloto de pôr *Linux*, em determinados sítios, como nos *desktop*, nos computadores de secretária, foi colado a uma coisa que aconteceu no *mainframe*, num *software* de cálculos de resultados eleitorais. Mesmo não sendo especialistas em informática, penso que é perceptível esta diferença: uma coisa é o *desktop*, outra coisa são os *mainframes* dos servidores.

Também por via desta entropia, o projecto do Ministério da Justiça teve resultados limitados, foram feitos testes, foram feitos relatórios, foi feito um trabalho de sensibilização, mas talvez tenha sido essa polémica que, depois, veio impedir que se conseguissem muito mais ganhos a nível de utilização na justiça. Mesmo assim, foram conseguidos resultados interessantes, tanto nível de contratos com a Microsoft, como outros.

Em relação ao Dr. Álvaro Pinto, não sou autor em nenhum livro com ele. Não sei se ele escreveu algum livro, não sei... Essa informação...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, o livro chama-se *Linius CM: Uma Experiência de Utilização de Open-Source na Administração Pública Portuguesa*, III Seminário do INA, de Paulo Trezentos, Mário Valente e Álvaro Pinto, 4 de Novembro de 2005.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Muito bem, então está a falar de um artigo que foi feito numa conferência do INA a explicar o que se estava a passar. Sim! Esta referência bibliográfica é um artigo, que foi apresentado num *workshop* do INA, onde, nesse artigo, se apresentava — e nós, na academia, temos sempre esta noção de artigos para mostrar aquilo que estamos a fazer — a experiência no Ministério da Justiça com *Linux* no *desktop*, para, de alguma forma, tentar, na medida do possível, mostrar aos outros ministérios da Administração Pública aquilo que se estava a fazer nesse âmbito. Mas não é um livro, é um artigo de três ou quatro páginas.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Dr. Álvaro Pinto tem ou não alguma relação com a Caixa Mágica?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — O Dr. Álvaro Pinto não tem nenhuma relação, nem a nível de detenção de capital social, nem a nível de contratos, nem nunca a Caixa Mágica fez qualquer contrato com o Dr. Álvaro Pinto ou com a empresa onde ele tem participação. Ele tem, penso eu, participação numa empresa da área da informática, que conhecemos, mas, por acaso, nunca trabalhamos com essa empresa, nem antes nem depois.

O Sr. Deputado também referiu o Dr. João Tiago Silveira, que não tem nenhuma participação, nem qualquer tipo de ligação contratual ou outro tipo de vinculação.

Penso que respondi.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se ficou respondida, posso ter estado distraído no momento, a questão que tinha sido colocada sobre o valor unitário do serviço de suporte e customização nos Programas e.escola e e.escolinha.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi respondido.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, foi distração minha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi?! Eu também não apanhei!

O Sr. **Presidente**: — Mas quem perguntou diz que foi dada a resposta...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi explicado que não é separável. O valor unitário não foi...

O Sr. **Presidente**: — Mas foi perguntado isso, o valor unitário.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Tem razão. Relativamente ao valor global foi remetido para a soma das facturas, mas se o Sr. Dr. Paulo Trezentos puder clarificar o valor unitário, agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Se for possível dar.

O Sr. **Paulo Trezentos**: — O valor unitário está nas facturas. Posso referir uma a uma, se desejarem.

O Sr. **Presidente**: — Não, percebi que o que estava a ser perguntado era quanto é que representava por unidade nos Programas e.escola e e.escolinha, digamos, essa customização e os serviços de suporte fornecidos pela Caixa Mágica.

Julgo que foi esta a pergunta, e não tanto o valor global.

Se é que é possível fazer estas contas!

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Tem razão. No Programa e.escola, não tenho todos os dados comigo da área financeira, mas posso tentar detalhar. No Programa e.escolinha, esse valor unitário pode ser encontrado através do cruzamento do *shell out* com as facturas emitidas. Não está explícito, mas é possível fazer isto, pegando no valor total e dividindo pelo número de unidades. Em concreto, o valor único e unitário é de 2 €/Magalhães para o e.escolinha.

No caso do e.escola, não tenho presente os valores, mas estão aqui as facturas e penso que o número de unidades do e.escola também é conhecido, senão podemos fazer chegar, e é fazer a divisão.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não, não, Sr. Presidente. Eu solicitava que nos fizesse chegar a informação oficial por parte da Caixa Mágica relativamente a estas contas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado, depois, requer formalmente isso, e nós pedimos à Caixa Mágica o favor de nos enviar...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Então, se pudesse ficar já feito aqui o requerimento...

O Sr. **Presidente**: — Poder ficar, pode. Se o Sr. Dr. Paulo Trezentos não se importar de assumir esse encargo, evitávamos burocracia e ficávamos-lhe muito grato por isso.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Claro, claro!

O Sr. **Presidente**: — Então, muito obrigado, Sr. Doutor.
Julgo que já terminou...

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito obrigado, Sr. Dr. Paulo Trezentos pela sua presença.

O Sr. Doutor foi muito esclarecedor a instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa, do PSD, e eu quero colocar-lhe só algumas questões, porque não sou especialista nesta área e, portanto, gostava de ouvir a sua opinião e, se cometer alguns erros, relevá-los-á, por favor, porque não é esta a minha especialidade.

O Sr. Doutor falou aqui na fraca participação no mercado, antes do Programa e.escola, do vosso Linux ou *software* livre, como comumente se designa e tem diversas designações, e eu perguntava-lhe qual era o grau de aderência do mercado a este *software*, isto é, tinha uma grande ou uma pequena participação? E o Programa e.escola fez com que houvesse uma expansão deste vosso *software* e em que medida? Estou a referir-me, evidentemente, ao mercado português, e dadas as dificuldades de penetração que aqui enunciou.

Portanto, perguntava-lhe, mais explicitamente, se este Programa e.escola foi uma medida do Governo português que ajudou a alavancar, digamos, a expansão do vosso *software* no mercado interno.

Também nos disse, e nós já tivemos aqui algumas intervenções de colegas meus, ao longo da interpelação de outras pessoas que participaram, aqui, na Comissão, sobre a divulgação do vosso *software*. E eu queria saber se houve alguma mudança por efeito do Programa e.escola, dado que houve esta grande divulgação do programa e perguntava se isso também teve consequências na vossa entrada no mercado.

Depois, uma coisa que relevou da sua primeira intervenção e que, para mim, também foi muito importante, foi saber — confirme-me se sim ou não para ficar claro — que as empresas multinacionais, como Acer, a Fujitsu, a Toshiba, não aderiram à vossa proposta e, portanto, as únicas empresas que aderiram à vossa proposta foram as empresas nacionais Inforlândia e a JP Sá Couto.

Peço que nos confirme se isto foi assim ou não, uma vez que isto é muito importante para sabermos se há concorrência ou não. E, portanto, gostava de o ouvir sobre isto.

Também gostava de saber se as marcas estrangeiras, ao fim e ao cabo, também incluíram ou não este sistema *open source* nos seus programas ou, digamos, se se guardavam, se se escondiam, na sua própria identidade e, se sim, por que é que em seu entender não incluíram o *open source* nos equipamentos que disponibilizavam ao programa. Enfim, os estrangeiros não o incluíram, mas haverá alguma razão para que os portugueses tivessem aderido? Qual foi essa razão, em seu entender, para que estas duas empresas portuguesas tivessem aderido à vossa proposta e as multinacionais, as internacionais, não tivessem aderido?

Agora, sobre questões mais técnicas para que pedia a sua ajuda, só para esclarecimento da Comissão e de algumas reflexões que estive a fazer, e que gostava que me explicasse porque, na verdade, das pessoas que já inquirimos aqui, é aquela que, manifestamente, mais sabe destas matérias de *software* e *hardware*.

No Programa e.escolinha que referiu, mas não percebi bem, o aluno, quando abre o seu computador, pode seleccionar o sistema operativo em que vai operar ou não? Pode operar no vosso sistema operativo ou pode operar, por exemplo, na Microsoft? Pode fazer isso ou não? Ele tem opção?

Quanto a saber se é pago ou não, já respondeu, mas no Programa e.escolinha digamos que o computador é comprado só com um pacote de *software* ou com dois sistema de *software*, quer dizer, o sistema operativo e as aplicações «ditacionais» é de um ou de ambos e se há opção ou não? E ainda se no Programa e.escola também se verifica essa opção ou não?

São matérias que me parecem ser importantes.

Nesta primeira intervenção, eram estes os esclarecimentos que gostava, tecnicamente, de obter, se for possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Tenho presentes as cinco questões que colocou e recordo agora que me esqueci de uma questão, que o Sr. Deputado Jorge Costa colocou, que era sobre as nossas ligações aos Ministérios, a propósito do Dr. Álvaro Pinto.

Também quero esclarecer que a Caixa Mágica, na sua direcção ou nos seus colaboradores, não tem qualquer tipo de ligações, nem mesmo contratuais, com Ministérios ou com ex-colaboradores e vice-versa.

Aliás, nós sempre — e agora chorando aqui um bocadinho — choramos porque o nosso concorrente tem. Conhecemos casos de ex-Deputados que são colaboradores da Microsoft e vice-versa e imaginem o poder que isso tem quando vamos tentar oferecer a nossa solução à Administração Pública e, pronto, há esse tipo de coisas! Isto só para esclarecer essa parte que faltava de que não temos qualquer ligação, nem nenhum colaborador nosso é ex-Deputado, nem vice-versa.

Quanto à questão do grau de penetração do nosso produto, antes e depois, devo, primeiro, dizer que, em termos de Caixa Mágica, não é a única distribuição do *Linux*. É a única portuguesa e, eventualmente, também há o *Alinux*, que tem menos penetração, é mais universitário e académico, também é um excelente produto. Há excelentes produtos internacionais.

Mas, antes do Programa e.escola, era muito mais reduzido, derivado àquelas dificuldades que eu disse, entrarmos no mercado OEM, no mercado das lojas, onde não conseguimos, de facto, entrar. Não se consegue falar com as multinacionais, que são quem tem ainda o grosso da venda de portáteis. Basta ver nesta mesa, em que os portáteis são todos multinacionais. E, portanto, a nossa penetração era muito pequena.

O Sr. **Presidente**: — «Nesta mesa», equivale a dizer nesta Casa, ou seja, na Assembleia!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu, no meu, tenho *open source*.

O Sr. **Presidente**: — Só os que são da Assembleia!

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Era só aqui um aparte!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu uso o *Ubuntu*.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Que é uma excelente distribuição *Linux*!

Mas, a propósito da penetração antes e depois do Programa e.escola, quero referir que esse trabalho da Caixa Mágica... Às vezes, há muito a noção de que as multinacionais — aliás, já confrontei o Primeiro-Ministro precisamente com isto — fazem grandes investimentos em Portugal. Nós, por exemplo, na Caixa Mágica, desses 30 colaboradores, cinco a sete são investigadores, fazem investigação pura, e fazem-no não em QREN — a Caixa Mágica não tem qualquer tipo de subsídio do Estado português para investigação — mas em projectos europeus do 6.º e do 7.º Programa-Quadro, com outras distribuições *Linux*. Não é o *Ubuntu*, como foi referido pelo Sr. Deputado Bruno Dias, mas é a *Mandriva*.

Portanto, este trabalho de investigação que vem de trás, em parcerias europeias, começava a dar efeitos, mas sempre com o problema da entrada no canal.

Com o Programa e.escola, isso veio mudar em dois sentidos: primeiro, conseguimos a massa crítica de ter dezenas de milhares de computadores só com Caixa Mágica instalados e, por outro lado, a ligação aos fabricantes OEM — foi referida a JP Sá Couto e a Inforlândia, que são os dois maiores integradores nacionais — e, portanto, essa ligação que também já existia naqueles contactos sem grande impacto, mas que vêm, então, permitir essa ligação até para outros futuros.

Portanto, não preciso ser eu a dizer, olhando-se para a Caixa Mágica, pode-se ver que, a nível da unidade de negócio da distribuição do *Linux*, teve bastante impacto. A Caixa Mágica tem outras unidades de negócio onde teve impacto, já referi a consultoria, as *appliances*, mas para esta unidade de negócio teve uma importância muito decisiva. E eu acho que também, em termos de agressividade, esta massa crítica permite-nos pensar noutras coisas. Por exemplo, a Caixa Mágica, de facto, desta customização, que o Sr. Deputado referia, necessária para o e.escolinha e o e.escola, fez para o governo de São Tomé e Príncipe a customização do *OpenOffice* para se chamar *STPOffice* (portanto, São Tomé e Príncipe Office), um *Office* que não é Microsoft, que é *open*, e que o governo de São Tomé e Príncipe está a fazer.

Isto veio depois dos Programas e.escolinha e e.escola, e, como temos este cartão de visita, é mais fácil mostrar a nossa oferta a outros governos e a outros clientes. Isto para dizer que a penetração aumentou no mercado, de forma muito significativa.

A questão da adesão das multinacionais é uma questão de cerne. Aliás, esse relatório que entregámos à Autoridade da Concorrência, e que não teve qualquer impacto a nível da Autoridade da Concorrência, tentamos fazer o seguimento, mas não houve qualquer seguimento, tem muito impacto, como saberão, a nível das instâncias europeias. Eu já testemunhei várias vezes, fisicamente, em Bruxelas, à DJ Compétition por

causa, precisamente, deste problema, que aqui falamos, e, de facto, é um problema a que a União Europeia está atenta porque não são só empresas europeias que têm esta situação de quase monopólio.

Portanto, as multinacionais estão — e esse relatório refere isso — fortemente condicionadas pela oferta desse, digamos, incumbente. O que se passa é o seguinte: vamos imaginar que o preço do nosso concorrente custa 30 dólares nesse computador, quando é vendido, e essa empresa diz «ok, mas estão aqui 10 dólares de apoio a publicidade». Ou seja, se há uma marca multinacional que oferece outro sistema operativo, nacional ou internacional porque esse problema abrange ambas, o que acontece é que essa empresa concorrente retira esse apoio e, portanto, essa empresa fica em desvantagem competitiva. E, portanto, há um grande medo, diria mesmo medo, das multinacionais, seja na representação portuguesa seja ao mais alto nível, de fazer projectos mesmo com «dimensão» na área do Linux. Existem casos. Por exemplo, um caso paradigmático existe em Espanha onde alguns projectos governamentais, uma ou outra empresa multinacional fornece com *Linux*.

Acho que, apesar da, talvez, ineficácia nossa, face à dimensão que agora já temos, podemos aspirar, no futuro, a tentar que essas multinacionais também mudem de ideias.

Não conseguimos, nessa primeira «inserção». Apesar de prometido era sempre adiado «é daqui a seis meses, temos ideias de contrato, depois vai ser renovado o contrato». Para dar nomes concretos, trabalhamos com a Toshiba e com a Fujitsu Siemens, como já referi. Portanto, essas são as duas com quem tentamos mais de perto.

No caso da Fujitsu Siemens, conseguimos, inclusivamente, ter uma pequena oferta, mas vendeu 10 unidades porque a própria Fujitsu Siemens, internamente, não estava preparada para ter lá o nosso produto.

Em relação à terceira questão, as empresas portuguesas aderiram. Portanto, penso que viram também aqui uma oportunidade de ganhar dinheiro com o *Linux* e, em concreto, responder à questão, que foi muito estranha, que, como referi, nas lojas não se consegue comprar marcas multinacionais com *Linux* e a resposta que é dada pelas multinacionais é de que ninguém quer. E essa foi a resposta que nos deram. Nós fomos bater à porta das multinacionais e elas disseram: «mas ninguém quer comprar com *Linux!*».

De qualquer forma, o Programa e.escola, quando a oferta Toshiba com *Windows*, HP com *Windows*, Acer com *Windows*, versus Inforlândia com *Linux Caixa Mágica*, nós conseguimos 10% do mercado, só com uma marca portuguesa e só com uma marca portuguesa. E, portanto, penso que isto reforça também a nossa ideia de não é uma questão de mercado porque o mercado, quando está com ofertas em ambas as áreas, responde. Penso que foi essa a principal razão para as portuguesas verem em nós também uma possível parceria, um argumento de mercado.

Em relação à quarta questão do Programa e.escolinha e à questão da selecção do sistema operativo, no Programa e.escolinha, o dito *Magalhães*, é possível, no arranque do sistema operativo, escolher a *Linux Caixa Mágica* ou *Windows*.

Mais uma vez, também — às vezes estas questões podem ser pertinentes ou não e dir-me-ão se o são ou não —, a Microsoft faz — e aqui é um concorrente pelo que posso designar pelo nome — muita questão em pequenos aspectos que dificultam a penetração do *Linux*. Mas gostaria também de transmitir isto para terem uma ideia: por exemplo, houve uma grande discussão quando estava, no fundo, a juntar os dois produtos, que tecnicamente tem de ser feito, sobre se o computador arrancava automaticamente a nível de *Windows* e a Microsoft usou todas as formas de pressões, e nós soubemos, para que fosse directamente em *Windows*.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Directamente, como?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Directamente para o *Windows*. Ao final de 5 segundos, se o utilizador não puxasse para baixo para escolher a *Caixa Mágica*, por omissão,...

O Sr. **Presidente**: — Por defeito era o *Windows*.

O Sr. Dr. **Paulo trezentos**: — ... por defeito, *by default*, era o *Windows*.

Mas, o que aconteceu foi que, tanto o Ministério da Educação como a JP Sá Couto, conseguiram suster essas pressões e, de facto, no arranque, ele fica lá à espera e nós escolhemos ou *Windows* ou a *Caixa Mágica*.

Posso dizer que noutros projectos, como, põe exemplo, aquele que referi do Ministério da Educação, não, não foi conseguido fazer isso e, portanto, desses 12 000 a 14 000 de *desktops*, em 2004, se ninguém carregasse, ele arrancava directamente para o *Windows*.

É neste tipo de questões em que nós, no dia-a-dia, tropeçamos nos projectos, mas nesse projecto, por exemplo, conseguiu-se fazer isso. E os Srs. Deputados, arrancam com o e-escolinhas, com o *Magalhães*, e uma coisa que parece que é um menu, que é uma coisa tão sem impacto, tão inócua, tem por trás essa história de «deve haver uma questão a dizer não, tem de arrancar e tem que ser escolhidos os dois». E, aí, foi o Ministério da Educação e o JP Sá Couto que tomaram essa decisão.

Portanto, isto em relação a seleccionar o sistema operativo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. **Presidente**: — O Dr. Paulo Trezentos estava a dizer que, no Programa e.escolinha, quando arranca, ficam as duas possibilidades em aberto até que seja exercida a escolha por um deles, ou o *Windows* ou o *Linux*.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Há opção de escolha, precisamente.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Ao contrário das salas TIC, em 2004, em que a mesma questão foi colocada, mas, depois — só para terem uma ideia —, acaba por haver pressões no sentido de arrancar... E isto é determinante na usabilidade do produto. Isto é um parêntesis, e, se calhar, não interessará muito.

Quanto à questão do e.escola, respondendo à quinta questão, não existe o sistema a que chamamos, em gíria informática, *dual boot*, arranque duplo, mas existe apenas um sistema operativo. Ou seja, a escolha é feita na aquisição, em que o aluno escolhe e ou quer o *Windows* ou quer *Caixa Mágica*.

Do ponto de vista de *Caixa Mágica*, obviamente ao aluno permite poupar as licenças de *Microsoft*, e, no caso de ser *Microsoft*, permite poupar o apoio ou o suporte *Linux*, que, eventualmente, não utilizará. É uma escolha dos responsáveis do projecto, mas é assim que estava nos dois programas.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que estarão respondidas todas as questões.

Tem agora a palavra do Sr. Deputado... Tenho sempre muita dificuldade em dizer o seu nome, e até gostava que o dissesse em voz alta, para dizermos correctamente da próxima vez.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Não é fácil...!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Da próxima já vou dizer bem.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Faço votos que sim, mas não levo a mal, em todo caso!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Deputado!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Ora essa!

Quero cumprimentar o Prof. Paulo Trezentos pela sua vinda aqui e dizer-lhe que tenho o máximo respeito pelo trabalho que faz, sendo eu utilizador do *Linux* também, embora não da distribuição que aqui representa, mas, por acaso, do *Ubuntu*, como aqui o Deputado Bruno Dias, e conhecendo minimamente o negócio e a funcionalidade.

Em todo o caso, importa aqui clarificar algumas coisas em relação ao Programa e.escolinha sobretudo, e, antes de mais, queria pedir-lhe que clarificasse outra vez aquilo que respondeu há pouco ao Deputado Jorge Costa, em relação à introdução do *Caixa Mágica* no Programa e.escolinha.

Se bem percebi, foi a própria empresa que tomou a iniciativa de contactar a Secretaria de Estado quando se apercebeu que ia ser lançado um programa de entrega de computadores nas escolas, e eu queria perguntar se o fez já no original do Programa e.escola, se o faz apenas no e.escolinha, e como é que se processou isso em participar e por que é que, na sua opinião, não se levou a cabo que também no Programa e.escola, existisse o *dual boot*, porque, parece-nos que até é mais fácil. É certo que o *Linux Caixa Mágica* tem um interface gráfico bastante intuitivo, em todo o caso, creio que, da forma como as crianças utilizam os computadores, estariam mais facilmente à-vontade com o *Caixa Mágica*, quanto mais velhas fossem, creio eu. Enfim, corrigir-me-á.

E por que é que, então, no e.escola não foi possível chegar ao *dual boot* e só com uma operadora, creio eu, é que conseguiu a instalação, mesmo previamente à cabeça. Portanto, quem é que abordou quem, como é que chegou à conclusão com quais operadoras é que havia de falar e, se essa informação veio directamente do Gabinete, com quais produtores é que poderia ter que falar.

E ainda uma pergunta em particular: quando é que soube que seria interessante contactar a JP Sá Couto e quem é que lhe deu essa informação e se, no Programa do Magalhães, quando é que soube que apenas uma construtora ia ter a licença para construir o computador do Programa e.escolinha?

Queria também perguntar-lhe, se tivesse rapidamente essa informação, qual é que foi o impacto na facturação da Caixa Mágica, só para nos enquadrar aqui. Naturalmente que compreendo perfeitamente o plano de negócios e a forma como a Caixa Mágica trabalha, vendendo o serviço mais do que o próprio *software*. Não sei se, por exemplo, se cobra, se envia CD ou se cobra por isso, como algumas distribuidoras fazem. Naturalmente que sim, mas, quando é no caso do *download* é de forma

gratuita e, depois, financia-se a partir do serviço. E qual é o valor comercial desse serviço quando o vende, tipicamente? Não sei se o vende para empresas ou se até se o vende para particulares. Mas qual é, portanto, o preço de mercado do pacote que oferece a particulares, fora do alcance aqui do Programa e.escolinha.

Uma última pergunta é para saber se está envolvida ou não a Caixa Mágica no fornecimento do novo *Magalhães*, agora com contrato público, se se vai candidatar ou não e como é que está ser feito esse trabalho, se o Ministério contactou o anterior fornecedor de *software* do *Magalhães*, se há interesse do Ministério que continue a ser a mesma distribuição ou se passa a ser feito «*complete reserve*», se quiser, e se a Caixa Mágica se vai candidatar a isso.

Ainda como última, perguntava-lhe, relativamente a estes dois momentos, que é agora e no momento em que iniciou a colaboração no e.escolinha, qual é o mercado das distribuições portuguesas de *Linux*. Trata-se de uma pergunta de curiosidade e para nós também percebermos qual era o impacto que isto poderia ter tido na altura ou não. De distribuidores e não só, já agora, também de prestadores de serviço como o que faz, porque fazer uma distribuição é uma coisa relativamente fácil, que qualquer pessoa pode fazer, em princípio, mas, agora, oferecer um serviço, como oferecem, de apoio ao cliente, creio que não.

Portanto, se nos pudesse também dar uma ideia sobre isso, ficava muito satisfeito.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Anotei seis perguntas, mas se não responder a todas, o Sr. Deputado Michael Seufert, depois, também me fará informação de qual falta responder.

Os contactos com os Programas e.escolinha e e.escola — o Programa e.escola é anterior ao Programa e.escolinha, pelo menos, no que corresponde aos dados da Caixa Mágica — nasceram, mais ou menos, em paralelo, quer dizer, contactos fazemos sempre em paralelo porque nunca sabemos bem qual é o interlocutor. E nós fizemos, em paralelo com o Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, com as operadoras e com os fabricantes de *hardware*, sem que tenha havido um primeiro que outro, o que sempre foi feito. Nós tínhamos um contacto facilitado com a TMN porque, como referi, trabalhamos com o Grupo PT na área da consultoria, já há vários anos, anteriormente a este projecto, numa outra área de negócio. E, portanto, isso foi uma coisa mais ou menos natural. Falámos à TMN «estou a pensar ter uma oferta nesta área» e disseram que sim.

Também contactámos outras operadoras, mas tinham menos massa crítica que a TMN e nós, muitas vezes, também temos que focar precisamente para não haver aquelas questões, que referiu, há pouco, o Deputado Jorge Costa, dos erros no Magalhães. Então, focámos a TMN por uma questão de negócio, por uma questão técnica.

O que nós tivemos sempre do Gabinete do Secretário de Estado foi a possibilidade de abrir contactos com as operadoras ou com os fabricantes de *hardware*, quando fosse necessário, e, de alguma forma, os fabricantes de *hardware* podem ter sido com a Inforlândia, dado o contacto e «ok, é a Inforlândia ou a TMN ou a Vodafone ou a Optimus que estão a trabalhar nisto» e, a partir daí, prosseguimos os contactos.

Tipicamente os contactos, nestes programas, foram feitos directamente com o nosso parceiro, que é o fabricante de *hardware*. O

Gabinete, de alguma forma, divulgou quem é que estava interessado. Às vezes até por contactos com fabricantes de *hardware*, que estavam interessados, mas que não chegaram a ter oferta, e com quem nós íamos falando para saber se era ou não possível ou se estavam ou não a pensar fazer oferta.

Em relação ao e.escola e ao *dual boot*, portanto, são questões de mercado, são questões de decisão de projecto. Não nos coube a nós dizer se era do *dual boot* ou *single boot* ou outro. Nós temos a nossa opinião do que é que é melhor para a penetração do nosso produto, mas não nos foi perguntado, se os Srs. Deputados quiserem saber, eu posso dar-lhes a minha opinião sobre isto. Mas, portanto, não nos foi colocado e não sei qual foi a razão que esteve por detrás.

Perguntou como é que nós soubemos que seria a JP Sá Couto o fornecedor do Programa e.escolhinha.

Foi posterior ao lançamento público do computador. Portanto o computador foi lançado, sei que houve outras entidades que foram contactadas, e sugerimos a nossa oferta comercial, que depois foi analisada. Nós, em particular, demos ao Ministério da Educação e à JP Sá Couto — não sei exactamente quem é que tomou a decisão — o nosso produto a instalar naquelas máquinas e, depois, foi-nos dito que «então, pronto, a nossa solução tinha sido escolhida». E nessa situação, foi quando tivemos contactos com a JP Sá Couto.

Em relação à questão da nossa facturação e o seu peso no Programa e.escolinha e e.escola, mais uma vez as facturas estão aqui disponíveis. O que posso dizer, em termos de facturação, porque sei, é que a unidade de negócio de consultoria libertou mais margem líquida em 2009 que a unidade de negócio do *software*. Portanto, na consultoria facturámos acima de 1 milhão de euros, o que nos liberta mais margem líquida, como é natural, do que a parte de *software* em 2009.

Todavia, a parte do *software*, como é óbvio, cresceu bastante por termos estes novos clientes.

Em relação também ao preço de mercado, que está no *site* www.caixamágica.pt é de 39 € com IVA incluído. Não tenho aqui *Internet* mas o Sr. Deputado pode confirmar indo ao *site*. Este preço inclui o envio do DVD, como referiu, e o suporte inerente ao produto.

Quanto à questão da Caixa Mágica no e.escolinha 2, ao que sei, houve um concurso público internacional, como sabemos, houve propostas que foram feitas, e a Caixa Mágica foi consultada por fabricantes que pretendem ter uma oferta no e.escolinha 2, chamemos-lhe assim, e nós fizemos uma proposta para que esse *hardware* incluísse *Caixa Mágica*.

No concurso público, diz lá *Linux*, portanto, pode ser *Caixa Mágica* ou pode ser o *Ubuntu*, mas espero que seja, naturalmente, *Caixa Mágica* e não *Ubuntu*, mas não sabemos. Portanto, foram entregues as propostas, temos alguns parceiros de *hardware* que vão escolher *Caixa Mágica* para lá incluir, mas não está na nossa mão.

Em relação ao mercado das distribuições portuguesas, existem duas distribuições *Linux* em Portugal: a *Caixa Mágica* e o *Alinex*. O *Alinex* é desenvolvido pela Universidade de Évora, com quem trabalhamos em conjunto, somos competição mas somos também cooperação e, portanto, fazemos algumas *workshops* juntos, trocamos experiências e etc. O *Alinex* está um bocado mais segmentado na Universidade e tem também um excelente produto, baseado também, neste momento, em *Ubuntu* — já foi em *Alinex* e agora é *Ubuntu* — e temos trabalhado em parceria.

É muito difícil falar de *market share* de distribuições *Linux* porque, como saberá, o *download* não fica registado e, portanto, temos dificuldade de ver que temos mais *market share* com o *Ubuntu* ou menos.

Em Portugal, basta ver pela amostra desta mesa, o *Ubuntu* tem uma grande penetração, mas nós esperamos, desde 2000 que trabalhamos nisso,

para, de alguma forma, ganhar ainda mais dimensão. Sabemos que temos dimensão, por exemplo, na área do ensino secundário, ainda antes dos programas, que os professores utilizam. Eu, por exemplo, escrevi um livro na área de TIC, no 9.º e 10.º anos e, portanto, as pessoas sentem-se confortáveis porque já tinham documentação nessa área. Sabemos que há outras áreas, por exemplo, na administração pública local, em que as Câmaras Municipais também utilizam *Caixa Mágica*, e aspiramos, claro, a crescer neste mercado das distribuições, mas aqui não temos números acerca do *market share*.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria só precisar duas coisas!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Se o utilizador decidir ir ao vosso *site* fazer *download* do *software* pode comprar, em preço separado, o suporte ou apenas compra o pacote integrado, suporte mais DVD?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Nós só temos uma oferta que é integrada.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sobre a outra questão, de que falou, em relação à JP Sá Couto, quando abordou a JP Sá Couto já sabia que o Magalhães, que já tinha sido apresentado, ia ser o computador do e.escolinha? Isto porque a apresentação pública que refere, creio eu, supostamente ainda não foi feita — enfim, na prática, se calhar foi — no conhecimento de que seria esse um dos computadores ou naturalmente o único computador, como foi, escolhido para o e.escolinha. Ou seja, quando

aborda o JP Sá Couto, aborda-a apenas numa necessidade de integrar naquele produto, que é o computador para crianças produzido em Portugal pela Intel, o *Caixa Mágica*, ou só quando se apercebe que vai ser escolhido como no e.escolinha?

A minha pergunta é para saber se, quando faz essa primeira abordagem já está também a contar receber dois euros de cada computador vendido, neste caso, pagos pelo JP Sá Couto, mas, digo eu, para ir para o suporte.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Paulo Trezentos: — Não, na altura não conhecíamos o programa. Com o que nós fomos confrontados foi «está aqui este *hardware*, dito *Magalhães*, que foi apresentado publicamente, o vosso sistema operativo *Linux* corre neste computador?».

Foi-nos disponibilizado um exemplar, no qual instalámos o *Linux Caixa Mágica*, tentámos suportar aquelas questões, num prazo pequeno para, no fundo, ser avaliado pelo Ministério da Educação/JP Sá Couto, em relação a outras possíveis hipóteses e alternativas. E, nesse âmbito, não sabíamos qual é que ia o impacto, se ia ser o Programa e.escolinha, se ia ser outra coisa. Perguntaram-nos: «Temos aqui este computador, este *hardware* vai ser vendido pelo JP Sá Couto ou num programa governamental, conseguem suportá-lo?». E nós, depois, fizemos duas questões, fizemos o suporte e instalar o *software* e fizemos uma proposta a dizer «ok, se for vendido tem este valor», valor esse que nós já tínhamos também de outros programas, etc.

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — E não procuraram mais nenhum fabricante para o e.escolinha?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Nós, na altura, não sabíamos o que era o e.escolinha nem o e.escola. Portanto, foi-nos posto um *hardware* a dizer «este *hardware* quer instalar?». Nós temos trabalhado com o suporte *hardware* de outros fabricantes. Ainda agora, estamos a trabalhar com vários *hardware* de fabricantes e não sabemos se ver ser o programa *x* ou *y*. Portanto, nessa altura, trabalhámos com esse, embora também trabalhássemos com outro, eventualmente, mas só com esse no âmbito desse programa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Paulo Trezentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo, naturalmente, por cumprimentar o Dr. Paulo Trezentos e agradecer-lhe as informações que tem trazido a esta Comissão e os esclarecimentos relativamente a este processo.

Gostava de confirmar uma informação, que me parece importante: pareceu-me entender das suas informações que foi a Caixa Mágica que fez todos os primeiros contactos, todas as primeiras abordagens foram feitas da parte da Caixa Mágica e não houve, digamos, a iniciativa — e estou a pensar particularmente ao nível do Ministério — ou parece que não terá havido a iniciativa do Ministério em procurar a Caixa Mágica.

Nós sabemos, porque foi confirmado pelo Sr. Eng. Mário Lino, que foi o próprio Governo que teve a iniciativa de procurar a Microsoft — foi assim que ele me explicou — e garantir, assim, uma determinada base de entendimento com aquele fornecedor para aquilo que viesse, eventualmente, a aparecer do ponto de vista das negociações que estavam atribuídas aos operadores.

Quero que confirme se foi, de facto, a Caixa Mágica que fez todos os primeiros contactos com os três tipos de entidades que mencionou, ou seja, com o Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, operadores, com particular destaque para a TMN e fabricantes OEM, e quando é que surgiu essa iniciativa, ou seja, em que fase, após a apresentação pública — estou a dizer «após» que é o que depreendo, mas não tenho a certeza e queria que confirmasse. Eu fiquei com a ideia que terá sido já bastante tempo depois do Programa e.escola ser apresentado e lançado publicamente que começa a ser disponibilizado o computador (...) pela TMN com o *software* livre. Isto, bastante tempo depois.

E eu gostava que nos pudesse, esta é a segunda ou terceira questão, enquadrar, do ponto de vista cronológico, dos contactos e dos seus resultados, ou seja, os primeiros contactos quando é que foram feitos e os resultados quando é que surgiram.

Depois, já que mencionou aqui, de facto, este contacto realizado junto do Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas e Comunicações e o seu Gabinete, parece-me importante, na medida do possível, particularizar e concretizar ao máximo que puder em que momento é que terá sido este contacto com o Gabinete do Sr. Secretário de Estado e qual foi a resposta concreta que dali obtive quando o abordaram. Inclusivamente penso que compreendi que uma das saídas que foram apontadas, do ponto de vista do desenvolvimento depois do processo e dos contactos por parte da Caixa Mágica, era o de aconselhar a Caixa Mágica, da parte do Gabinete do Sr. Secretário de Estado, relativamente aos fabricantes com quem deveriam falar para poder apresentar as propostas e sugerir essas propostas.

Gostava de perguntar-lhe quando é que foi dada essa informação e com que âmbito, se era em particular com os fabricantes no âmbito dos contactos da TMN, dos vários operadores, do Programa e.escola em geral,

enfim, como é que foi encaminhado por parte da Secretaria de Estado em relação a estes fabricantes.

Depois, a informação que nos fez chegar e que, de facto, é muito exaustiva e vai ao pormenor das várias facturas emitidas ao longo do tempo, em 2008 e 2009, mas há uma coisa que em relação ao e.escola nós não temos. Quanto ao e.escolinha, temos a facturação e o *shell out Magalhães* e e.escolinha por trimestre, inclusivamente, a informação da JP Sá Couto à Caixa Mágica. Isto, em relação ao e.escolinha.

Em relação ao e.escola, temos a emissão de facturas por *tranches*. Eu não consegui compreender... de facto é muito importante para as nossas avaliações aqui este valor unitário, isto é, se dois euros por computador foi o valor encontrado para o e.escolinha, para o *Magalhães*, x €/computador é naturalmente também uma questão importante a ter em conta para os portáteis do e.escola. Mas, independentemente disso, mesmo que quiséssemos fazer a divisão da facturação em relação ao *shell out*, nós não temos esse valor, ou seja, nós não sabemos exactamente ao certo e isso, penso, é obviamente importante e eu não percebi ainda quantos computadores foram distribuídos, no âmbito do e.escola, com o *software livre Caixa Mágica*. E isso é uma questão importante. É que nós sabemos que, de acordo com os números adiantados pelo Governo até à exaustão, haverá 400 000 computadores *Magalhães* distribuídos no e.escolinha e são 400.000 computadores que têm lá *software Caixa Mágica*. É uma questão de o utilizador escolher como é que arranca — lá está o tal do *dual boot* de que temos estado a falar.

Depois, há 800 000 computadores, segundo os números do Governo, no Programa e.escola que não têm *dual boot* e é no momento da aquisição que o estudante ou a sua família vai dizer «quero com *Microsoft* ou quero com *Caixa Mágica*». E nós julgamos saber que a esmagadora maioria deste 800 000 computadores não têm lá nem um «chavinho» de Caixa Mágica ou

de outro fornecedor qualquer de *software* livre. E, desse ponto de vista, é importante termos a percepção do que, (ponto 1), aconteceu em concreto com esta metodologia adoptada e (ponto 2), o que aconteceria nos seu entendimento e no entendimento da empresa que representa e dos organismos em que participa, se houvesse *dual boot* como houve no *Magalhães*, inclusivamente do ponto de vista da disseminação e divulgação das alternativas possíveis para as pessoas porque aquilo que é conhecido é aquilo que domina o mercado e quanto mais se conhecer apenas aquilo que domina o mercado, mais o dominador domina. Penso que isto é relativamente claro.

Finalmente e ainda voltando à parte dos contactos diligenciados por parte da Caixa Mágica junto das entidades, Governo, operadores, etc., eu fico com a ideia de que há aqui uma poupança relativamente às licenças — e tratando-se aqui de *software* livre em que o que existe tem a ver com a customização do *software*, o apoio técnico, etc. — muito significativo do ponto de vista das licenças. E relativamente a isso, digamos, há um conceito que não sei se vou dizer da forma mais correcta que é «o custo total final, digamos o que fica no final como custo daquele computador, com o *software* incluído e tudo o mais, é aparentemente mais baixo num computador que tem *software* livre e não tem o *software* proprietário com as licenças que lhe estão inerentes do que neste último caso. E, desse ponto de vista, o mesmo dinheiro pode pagar ou participar mais computadores e chegar a mais pessoas.

Eu tenho ideia, da avaliação que já podemos fazer das várias reuniões que tivemos, que esta estimativa nunca foi feita em momento algum deste processo e do Programa e escola.

Gostava que nos dissesse, relativamente a esta diminuição do custo final de cada pacote, por assim dizer, do TCO (*total cost of ownership*) de cada unidade para cada pessoa, o que é que isso significaria do ponto de

vista da oferta que poderia ser feita. Esta é uma visão mais genérica que permite aqui alguma reflexão, mas que traduzindo, do ponto de vista concreto e dos factos, a questão muito concreta é a seguinte: se foi proposto à Fundação, que seja do seu conhecimento, pela Caixa Mágica ou outrem, que fossem lançados no âmbito do Programa e.escola ou até, para esse efeito, e.escolinha, em que, recorrendo ao *software* livre, pudesse diminuir ou o preço final para o beneficiário ou o número de computadores pela redução do preço e, pelo mesmo dinheiro, dá para mais material.

Penso que esta é uma questão que valia a pena clarificar sobre a abordagem que foi feita nos contactos realizados quer com o Governo quer com a Fundação para as Comunicações Móveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — O contacto com a Caixa Mágica, que penso tinha referido, no e.escola foi feito pela Caixa Mágica que, quando ouviu na comunicação social que o Programa e.escola iria decorrer, contactou, neste caso, o Gabinete do Secretário de Estado e os operadores e fabricantes de *hardware*, que na comunicação social havia saído. E, neste caso, fomos nós a fazer os primeiros contactos. Se calhar, esses contactos deviam ser feitos mais tarde, mas recorro que fomos nós que tivemos a iniciativa de contactar e perguntar «ok, já pensaram aqui nesta solução?».

Sobre a cronologia dos contactos do e.escola, claramente que o nosso contacto foi quando saíram as primeiras notícias na comunicação social, mas a presença de um produto com *Linux* na oferta foi, como disse, bastante tempo mais tarde, depois do arranque do programa. O principal impedimento foi que nós apostamos na Fujitsu Siemens, na Toshiba e foram apostas que nunca se concretizaram porque diziam «havia

impedimentos multinacionais, era daqui a três meses, era daqui a quatro, fizemos testes, instalamos» e nunca conseguimos ver a nossa oferta no ar e com força nos fabricantes. O que nós atribuimos foi, de facto, essa impossibilidade, nessas apostas que fizemos, de facto, de «correr».

De qualquer forma, desde o primeiro contacto, tivemos sempre os canais abertos nos fabricantes e no Ministério das obras Públicas e na operadora, etc., para, eventualmente, fazer uma oferta, mas, portanto, estava dependente do nosso contacto com o fabricante de *hardware*.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, Sr. Doutor, então isso significa que, do ponto de vista das especificações mínimas definidas pela Fundação e/ou pelo Ministério, essa matéria poderia ter sido colocada e dispensaria qualquer complexidade nos contactos da Caixa Mágica com os fabricantes. Faço-me entender?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Se percebi, eventualmente, sim. Isto é, nos percebemos que havia ali, em termos governamentais, uma comunicação às entidades que deviam ter uma oferta *open source* e isso ajudou-nos bastante, aliás, sem isso não conseguíamos como não conseguimos noutras áreas, como já referi, e, portanto, foi decidida essa comunicação, de que era preciso haver soluções *open source*,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, no e.escola ou no e.escolinha?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — No e.escola.

Como eu estava a dizer, foi decidida essa comunicação, mas não consigo precisar, de facto, que, se houvesse uma definição formal e oficial

a dizer «é preciso ter *open source*», seria mais rápido ou não. Essas foram as nossas contingências que foram sendo resolvidas ao longo do tempo.

De qualquer forma, sobre a segunda questão que colocava acerca da cronologia, nós fizemos tentativas com as multinacionais e, depois, com a Inforlândia tivemos algum sucesso.

Sobre qual o papel do Ministério das Obras Públicas no contacto com os fabricantes, aqui, o que fez, de alguma forma, o Ministério das Obras Pública foi referir-nos quem é que estava, neste momento, no programa com a oferta e abriu os contactos dizendo «ok, na TMN é este o interlocutor, nos fabricantes é este o interlocutor». E nós fomos falando com os interlocutores, sabemos também que alguns concorrentes nossos também falaram com alguns interlocutores, para fazer oferta e nós acabamos por conseguir concretizar. Não foi fácil, aliás, até houve ali um momento em que pensámos que as coisas podiam não correr bem porque falhou a primeira abordagem à Toshiba e às multinacionais mas, depois, acabou por haver uma aposta certa na parceria com a Inforlândia.

Portanto, o que vimos do nosso limitado contacto com o Ministério das Obras Públicas foi o encaminhamento para os vários fabricantes, alguns com sucesso, outros sem sucesso, e, depois, dependeu do nosso, chamemos-lhe, encaixe entre nós e o fabricante de *hardware*, que, no caso das multinacionais, falhou.

Em termos da facturação do programa, eu, de facto, pensava que sim, mas não, de facto, não está aqui o preço unitário e, portanto, teremos todo o gosto em disponibilizá-lo.

Queria também esclarecer por que é que também estão aqui facturas da Inforlândia. A questão foi que, nesta aposta, acho que tivemos, em termos comerciais, uma abordagem engraçada, interessante, e o que fizemos foi contratar com a Inforlândia o valor do sistema operativo equivalente, mais ou menos, à alternativa do mercado e o valor da

alternativa do mercado, sem saber se é certo ou não, foi de 70 €/unidade. Portanto, alguém disse: «ok, por sistema operativo e escola comercializado, o sistema operativo mais o *Office*, são 70 €». Claro que nós, a nível de *Linux*, somos muito mais competitivos e o que fizemos foi comprar uma placa gráfica integrada — desculpem ser um pouco técnico — para reforçar o *hardware*, para o nosso *hardware* ser melhor. Isto é uma questão de mercado, de negócio, chamemos-lhe assim. Nós queríamos, além dos trunfos do *Linux*, ter melhor *hardware* para ser mais apelativo ao cliente final. E isto, penso eu, foi decisivo para os números que foram vendidos.

Vou fazer-lhes chegar, exactamente, o custo unitário da nossa solução, o custo unitário da placa gráfica, para vocês saberem exactamente qual é que foi então o valor facturado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E de 70 € a placa gráfica?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — A placa gráfica é 70 €.

Nós temos uma margem, portanto, e a gente vai fazer-lhes chegar exactamente essa margem, mas eu tenho de cabeça que deve ter sido à volta de 5 €, portanto, no Programa e.escola. De qualquer forma, portanto, 5 € o custo por máquina vendida do Programa e-escolas.

Referiu também o número. Nós temos alguns números que não são tão actuais provavelmente como tem os fabricantes de *hardware*, mas o número que tínhamos, no final do ano passado, era superior a 60 000 computadores vendidos com *Caixa Mágica*, no Programa e.escola.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Disse quantos?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Superior a 60 000. Entretanto, o programa continua a decorrer e, eventualmente, será superior a isso.

Em relação também à questão que levantou sobre a poupança que se poderia atingir com o *software* livre, isso é mais uma questão até política, nacional, do que propriamente de negócio. Portanto, eu não queria dar a minha opinião sobre se a poupança era ou não era útil. Isso é uma questão, se calhar, para os Srs. Deputados.

Obviamente que — façam as contas! — 70 € é o preço do mercado da alternativa, a nossa foi de 5,90, portanto, os custos, a nível de *software*, são o que são.

A nível do TCO, como o Sr. Deputado sabe, inclui, para além do licenciamento, outras questões como o suporte, a utilização. Em estudos, pelo menos que eu conheço, não é expectável que o sistema operativo concorrente seja mais fácil, eventualmente, de manter que o nosso. Pode usufruir e usufrui de uma certa economia de escala, de uma certa rede, chamemos-lhe assim, onde, se nesta mesa todos os computadores forem *Windows*, será mais fácil esclarecer questões do que no *Linux*. Isso é uma realidade que nós sabemos e que, eventualmente, pode prejudicar um pouco o TCO do *Linux*, nesse aspecto. Mas acho que o aspecto da licença conta bastante nessa questão do TCO.

Agora, a importância ou não dessa poupança, isso é mais uma questão política, se calhar, do que outra coisa.

Em relação ao *software* livre no Programa e.escola — e penso que foi a última questão que colocou — e à questão também da poupança, se percebi, que está derivada da anterior, eu acho que há aqui uma questão que é, por exemplo, de que em projectos semelhantes em Espanha, por exemplo, existem vários projectos só com *Linux*, portanto sem oferta Microsoft. Mas é mais uma questão que não é nossa, da empresa, da oferta, é uma questão do Governo, das entidades da Administração Pública, de dizerem se querem uma solução com poupanças óbvias baseada em *software* livre, se querem uma outra solução.

Também temos muitos programas só em *Windows* por esse mundo fora, quer dizer, mesmo o LPC, do Negro Point, tem ofertas em países que só têm o *Windows*. Portanto, as duas acho que são válidas, mas é uma questão política decidir se é uma ou outra. E, portanto, essa decisão, como referi, não nos cabe a nós.

Penso que respondi às questões colocadas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Paulo Trezentos.

Já temos presente o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância nesta alteração da ordem.

Desejo cumprimentar o Dr. Paulo Trezentos da Caixa Mágica e vou começar por fazer-lhe algumas perguntas no sentido de clarificar porque, para nós, parece-nos importante e fundamental para a clarificação de todo este processo percebermos a linha temporal e como é que as coisas aconteceram.

Das facturas que nos foram chegando, e que nós tivemos a possibilidade de ver da documentação que a Caixa Mágica nos fez chegar, referente ao Programa e.escola, e retirando agora o Programa e.escolinha e fazendo a primeira pergunta só sobre o Programa e.escola, a indicação que existe é que, a partir de Maio, começaram a ter pagamentos de placas gráficas. Deduzo daí que, nessa data, já existia a venda de computadores por parte da Inforlândia, no âmbito da iniciativa e.escola e, por isso, é que vocês tiveram que aceder a esse pagamento ou isso era um investimento inicial para disponibilização de computadores e para que, no fundo, existissem em stock esses computadores?

Essa era a primeira pergunta.

Já tive conhecimento, apesar de não estar presente na sala, que a abordagem à JP Sá Couto — e agora na parte do e.escolinha —, aconteceu posteriormente à apresentação do *Magalhães* e, sendo assim, gostava de saber, se me pudesse precisar, em que data aconteceu e qual o tempo para monitorização do *software* que vocês necessitaram e quando é que foi a aceitação por parte da JP Sá Couto e por parte do Ministério da Educação. Pedia-lhe, se pudesse, que especificasse essas datas porque era importante para nós percebermos quando é que elas ocorreram e em que ponto de toda a evolução é que isso aconteceu.

Nesta primeira fase, eram essas as duas perguntas.

Por isso, agradecendo mais uma vez a alteração da ordem, fui também muito parco para corresponder também com a mesa simpatia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. Paulo Trezentos: — Em relação à questão das placas gráficas, eu não tenho informação exacta, mas imagino que possa haver um *stock*. É que, geralmente, neste tipo de negócios, há um *stock* antes de começar a vender porque não se consegue estar a vender uma coisa que não temos. Se foi mesmo Maio ou se foi Abril ou Junho, não lhe consigo precisar. Se isso for importante, nós podemos fazer o levantamento interno de quando é que vendemos a primeira unidade.

Agora, no tempo, essa compra de placas gráficas está associada à venda do Programa e.escola com o parceiro Inforlândia, sem dúvida, não tem a ver com outro negócio. Se foi Maio, é capaz de ter sido feito um *stock* para comercializar, depois, um pouco mais tarde. Se for importante, depois posso verificar essa data.

Em relação à questão da cronologia exacta, imagino que seja útil aos trabalhos desta Comissão essa cronologia e eu vou tentar, de cabeça, fazer aqui os vários passos.

De facto, houve a apresentação pública do computador *Magalhães* e, posteriormente, nós contactámos a JP Sá Couto. Entretanto, foi feito algum trabalho de pôr o *Linux* naquela máquina, foi avaliado por JP Sá Couto/Ministério da Educação e foi dito «ok, o vosso *Linux* vai equipar esta oferta».

Posteriormente, tivemos algum tempo, entre duas a quatro semanas, para adaptar, para aperfeiçoar, o *Linux Caixa Mágica* para essa saída.

O culminar destes processos é quando, tanto nós, na parte do *Linux Caixa Mágica*, como a *Microsoft*, têm os *masters* dos discos prontos para ir para fábrica.

Portanto, estas são os períodos que tenho em mente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, quando diz «logo a seguir ao anúncio público», estamos a falar que, na semana a seguir, vocês entraram em contacto com o JP Sá Couto para avaliarem da possibilidade de a *Caixa Mágica* ser também um dos sistemas operativos de computadores. A única data concreta que disse foi «duas a quatro semanas para adaptar o *Caixa Mágica* para o *Magalhães* que, segundo percebi, antecede a criação dos *masters* para os discos dos computadores, mas é posterior a uma primeira apresentação e a um reconhecimento por parte do Ministério da Educação e por parte da JP Sá Couto de que o *Caixa Mágica* seria desejável que estivesse no computador. E, por isso, estas duas a quatro semanas, se me permite tentar catalogar isto no tempo, será: nós tivemos, a 30 de Julho, a apresentação do *Magalhães*, do que disse poderá ter acontecido nos primeiros 15 dias ou três semanas essa apresentação e a aceitação por parte do Ministério da Educação, e, posteriormente, as duas a

quatro semanas dariam para meados de Setembro a disponibilização da versão final do Caixa Mágica e da sua criação já nos *drives* dos *masters* dos discos.

Esta será uma cronologia dentro do que se terá passado?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — É uma cronologia possível. Não lhe consigo precisar porque também não tenho aqui nas minhas notas se foi essa exactamente essa data, se foi em Setembro, se foi em meados de Agosto, que foi feito o *master* final. Não lhe consigo precisar essa data. Houve esse período temporal e, de facto, é uma cronologia razoável, mas não consigo precisar, repito, se foi essa a data.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Paulo trezentos.

Temos agora uma segunda ronda, se for necessária.

Pergunto ao Sr. Deputado Jorge Costa se é necessária.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, só tenho uma pergunta para fazer e, portanto, será uma mini segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Dr. Paulo Trezentos, a minha pergunta tem a ver com as contas. Seguindo o seu conselho, estive a somar e, então, as facturas do e-escolinhas somam 854 000 € o que corresponde, sensivelmente, aos 2 €/unidade, que aqui referiu. Nós tínhamos nota de 420 000 computadores e, portanto, é sensivelmente isso.

Fiquei mais admirado com o somatório do Programa e.escola. As facturas que os senhores têm aqui para a Inforlândia, que dizem respeito ao

Programa e.escola, somam 5 250 000 €, sensivelmente. Estamos a falar de um volume de negócio significativo, quase todo ele concentrado em 2009.

As facturas, quer no caso do Programa e.escolinha dos 850 000, estamos a falar em 150 000, em 2008, portanto, uma pequena percentagem e, no Programa e.escola, cerca de 10%, ou seja, globalmente estamos a falar de um volume de negócios de cerca de 6 milhões de euros.

Perguntava-lhe qual foi o volume de negócios da Caixa Mágica em 2007 e em 2006, para se perceber o impacto deste negócio na empresa Caixa Mágica.

E, já agora, também fazia uma outra pergunta que me foi suscitada também pela verificação dos documentos. Nós verificamos que, para o Programa e.escolinha, a relação é exclusivamente com JP Sá Couto, de que já falamos aqui, hoje, várias vezes, mas verificamos que para o Programa e.escola é só com a Inforlândia. Ou seja, se para os computadores do e.escolinha houve uma única empresa fornecedora que foi a JP Sá Couto, deduzo daqui que também para os computadores da e.escola só houve uma única empresa fornecedora, que foi a Inforlândia.

Há alguma justificação para ser a Inforlândia, tanto mais que é uma empresa afastada dos grandes centros, está sediada em Aveiro, mas, repito, há alguma justificação para ser a Inforlândia? Como é que resultou este contacto da Inforlândia? É que pareceu-me da sua resposta inicial que os contactos tinham sido directamente com os fabricantes, mas, depois, aparece aqui a Inforlândia no meio. Como é que isto se verifica, de facto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Em relação ao impacto do negócio, o Dr. Jorge Costa não tirou o custo das mercadorias vendidas que eu tinha referido no meu anterior esclarecimento.

Portanto, eu tinha referido ao Sr. Deputado Bruno Dias que desses 5 milhões de euros temos de deduzir o custo das mercadorias vendidas que são as placas gráficas.

Pergunto-lhe se, por acaso, somou ou não?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estamos a falar de duas coisas diferentes, não estamos a falar dos proveitos, estamos a falar do volume de negócios da empresa que aqui representa. A empresa Caixa Mágica vendeu, de facto, os 800 000 mais os 5 200 000, o que dará os tais 6 milhões, independentemente depois dos custos que tenha. No caso do e.escola, terá também, depois, o custo da placa gráfica, de que não fiz a soma.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Tem razão, mas a questão é que o custo da placa gráfica deve ter sido (fazendo de cabeça) de 4,5 milhões. Portanto, ou seja, se fizer o valor líquido, que não é líquido porque obviamente tem os nossos custos, dá um valor de 20 ou 30% desse valor que está a referir. Ou seja, o que acontece é que houve um investimento da nossa parte em placas gráficas contra uma receita, mas para fazermos o impacto, que é o que perguntou, nos negócios da Caixa Mágica, não podemos contar o custo das mercadorias vendidas, não é? Está a perceber? É que, senão, temos *cache flow*, mas não temos impacto.

Mas, se quiser, eu também posso fornecer essas contas. Mas a ideia que tenho, e que já referi, é que foi à volta de 5,90 € o custo unitário, que depois farei chegar a esta Comissão, do Programa e.escola, como já referi, e também referi o número de unidades vendidas que foi de 60 000. Portanto, assim, fazendo contas de merceeiro, perdoem-me a expressão, dará à volta de 300 000 ou 400 000 euros e esse terá sido o impacto para a Caixa Mágica. A deduzir a isso, temos o investimento, que tem que ser

feito, os colaboradores, etc., mas terá sido esse o impacto, que é um impacto muito expressivo.

Portanto, face aos 5 milhões, eu talvez confrontasse mais com esses 300 000/400 000 euros.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas qual foi o volume de negócios da empresa Caixa Mágica nos anos anteriores?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Também não tenho essa informação, mas o que lhe posso dizer são alguns projectos em que estamos envolvidos para confrontar com ordem de grandezas. Portanto, no e.escola, 300 000 a 400 000 € e terão todos os dados para fazer esse cálculo. E porque, apesar de sermos uma empresa privada, temos todo o gosto nestes negócios, até por uma questão de transparência, de divulgar aquilo que facturamos. Eventualmente, os outros não o farão, mas isso é com eles. Se calhar, se fizesse essa pergunta à Microsoft ela não responderia, mas nós estamos aqui para lhe responder.

O Sr. **Presidente**: — Eles vêm cá também e, portanto,...

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Então, se responderem, eu ficarei surpreendido e também ficarão todos.

Mas nós vamos responder e para lhe dar alguma dimensão de escala, nós, por exemplo, temos, no Programa e.escola, como referi, 300 000 a 400 000 €, temos, por exemplo, o Projecto Mancoosi, que é um projecto de investigação onde temos 500 000 a 600 000 € de subsídios à investigação pela União Europeia, para o prazo de dois anos; ganhamos agora um projecto com o INESC Porto, o Iulup, que vai começar agora, em Maio, que foi à volta de 590 000 € de subsídios à investigação.

Portanto, esses 300 000 ou 400 000 € ou esses 800 000 € tem um paralelo com outros negócios.

Posso também dizer-lhe que, em 2009, a factura de consultoria, fora da Administração Pública, foi à volta de 1 milhão de euros.

Portanto, isto faz uma certa escala.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso em 2009, mas estou a perguntar sobre o volume de facturação de 2007 e 2008?

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Felizmente, contribuímos com impostos e com IRS em Portugal e temos muito gosto, e fazemos questão nisso.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Facturaram 1 milhões de euros fora!

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Do Programa e.escola e e.escolinha, na parte de consultoria.

Essa é a facturação de 2009 da nossa unidade de negócio de consultoria. Em concreto, para terem uma ideia, foi para desenvolver plataformas para o Sapo e para outras unidades da Portugal Telecom, com tecnologia *open source*. Se calhar utilizarão até aí, sem saber que, por baixo, está a tecnologia *open source*.

A segunda questão que o Sr. Deputado colocou foi a questão da Inforlândia e porquê surgir a Inforlândia. É isso?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim, porque, de facto, concluímos que a relação é apenas com uma única empresa. Ouvimos aqui o ex-Ministro e o presidente da Fundação dizer que tinham sido comprados computadores a várias entidades. Está-se a confundir marcas com fornecedores.

Pode ter havido, de facto, computadores de várias marcas, mas concluímos que, neste caso — veremos, depois, com os operadores e com outras entidades, como é evidente, quando for o tempo —, com a Caixa Mágica, há apenas um único fornecedor que é a JP Sá Couto para o e.escolinha e há um único fornecedor para os computadores para o e.escola que é a Inforlândia. Porquê?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Confirmo.

Portanto, acho que a justificação para no Programa e.escolinha, que é o mais simples, até agora para o e.escolinha 1, só houve um fornecedor, e, portanto, estamos lá, e posso dizer que, no concurso para o e.escola 2, há várias propostas, nós estaremos em algumas e, eventualmente, noutras não estaremos, não sabemos, mas sabemos que estamos em algumas.

Agora, voltando ao Programa e.escola, como referi, nós chegamos a tentar fazer com a Fujitsu Siemens um produto, de que chegaram-se a vender, penso eu, 10 unidades, só que, como referi, as entidades não se encaixaram bem, o produto não teve sucesso, não se conseguiu chegar a nada interessante. E havia sempre limitação das multinacionais, que eu também não quero voltar a repetir, nem terá tido essa informação, mas, a nível da Inforlândia, foi o integrador português, que estava neste programa, e foi o único com quem trabalhamos, para além da Fujitsu Siemens que, como disse, não resultou.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não foi respondida a questão do volume de facturação. O Dr. Paulo Trezentos,

de acordo com a certidão da Conservatória, é sócio da Caixa Mágica com uma quota de 50% e não acredito que não conheça o volume de facturação em 2007 e em 2008, e, portanto, pergunto-lhe, concretamente, qual foi o volume de facturação em 2007 e em 2008?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Eu sou sócio da Caixa Mágica e sei o volume de facturação da Caixa Mágica em 2008. Não quero também estar aqui a pôr números porque, tanto da cronologia como da facturação, etc., eu não tenho os números todos na cabeça. Poderei facultá-los.

Posso dizer-lhe, por exemplo, que, em 2008, tenho de cabeça que a Caixa Mágica facturou 1,9 milhões de euros. Mais uma vez, este número fica sujeito a confirmação posterior. Mas isso é uma demonstração de resultados que, se for esse o caso, podemos fazer chegar, mas, agora, é só para ter este contexto de 1,9 milhões de euros.

Em 2007, sei que atingimos o (...) em 2007, que é o número que tenho, mas não tenho de cabeça quanto é que facturamos.

A questão da Inforlândia, penso que respondi.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Paulo Trezentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Correia.

O Sr. **Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Paulo Trezentos, começo por saudar o conjunto das explicações que trouxe a esta Comissão de Inquérito, dizendo até que conseguiu sossegar algumas consciências mais críticas e mais impacientes que, em audições anteriores, tinham lançado um conjunto de suspeitas e de interrogações quanto ao processo das licenças de *software*, no âmbito dos Programas e.escola e e.escolinha.

Na verdade, ficamos a conhecer que a empresa Caixa Mágica não foi concorrencialmente minorizada neste processo do fornecimento de *software*, teve ocasião até de trazer aqui ao nosso conhecimento uma situação comparativa entre o e.escolinha e o processo que ocorreu no ano de 2004 e fez questão de destacar que, desta vez, houve aqui uma evolução positiva quanto ao tratamento concorrencial da empresa Caixa Mágica, enquanto fornecedora de *software*, e, nesse sentido, tinha duas questões a colocar-lhe, que são as seguintes: a primeira, para que fique bem claro e para que qualquer suspeita fique definitivamente dissipada, perguntava-lhe se da abordagem que fez, na altura, ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, obteve o tratamento que a empresa achou adequado para que assumisse a sua posição concorrencial neste processo, tanto do Programa e.escolinha como do Programa e.escola.

A segunda questão tem a ver mais com a empresa em si. Trata-se de uma empresa 100% nacional, como teve ocasião de referir, por diversas vezes, trata-se de uma empresa que tem crescido desde a sua génese e trata-se de uma empresa que integrou um projecto, que foi muito bem sucedido em toda a largura. Referi-me ao Programa e.escola, com o componente também e.escolinha.

Mas queria que trouxesse também ao nosso conhecimento qual é a perspectiva, enquanto representante da empresa Caixa Mágica, quanto às mais-valias que a empresa conseguiu incorporar nessa sua experiência no Programa e.escola e no Programa, mais concretamente, e.escolinha, em relação ao futuro, no mercado em que concorre, no mercado da tecnologia, no mercado de *software*, para que também possamos avaliar e fazer o devido balanço da importância da integração de uma empresa 100% nacional em todo este processo do Programa e.escola.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Vou responder às questões e se, depois, o Sr. Deputado Paulo Correia entender que não respondi na totalidade, fará o favor de dizer ao que é que não respondi.

Antes de falar um bocadinho acerca do tratamento, se o achei adequado ou não, no âmbito da gestão deste Programa, queria também dizer, em nome da Caixa Mágica e em nome pessoal, que nós estamos no mercado para oferecer um produto de sistemas operativos e, portanto, tentamos, tanto quanto possível, e é possível, separar toda a componente política.

Ser que esta é uma Comissão composta por vários partidos políticos, mas também não queria estar aqui nem a elogiar nem a criticar, fortuitamente. Portanto, o que posso dar é o meu testemunho e apenas o meu testemunho como as coisas se passaram. E o que posso dizer é que, a nível deste programa, o tratamento que a *Caixa Mágica* teve, o *open source*, em geral, no sentido em que toda a abertura, que foi surgindo, foi bastante razoável no sentido de que foi aquilo que eram as nossas expectativas da comunidade *open source* e superaram, a nível da força da própria empresa, da própria motivação, dos próprios esforços que foram sendo feitos de pôr as coisas a funcionar para que o *software open source* tivesse, de facto, a consequência que veio a ter.

Portanto, comparativamente com outros trabalhos, outros esforços que já fizemos em Portugal e lá fora — já referi o caso de São Tomé como alguns esforços internacionais — foi acima do que é normal, do que estou habituado a assistir e de que também por via dos parceiros franceses, italianos, com quem costumamos estar, temos conhecimento do que é que se passa.

Portanto, a nível da comunidade *open source*, falando agora pela *Caixa Mágica*, em particular, nesse programa, foi superior o tratamento dado nos contactos feitos e o interesse na motivação posta.

E já que me pede uma opinião subjectiva, também dou uma opinião subjectiva noutras áreas, e, aqui, com o à-vontade de quem criticou outras opções do Governo em fóruns públicos, como, por exemplo, a questão de acabar com o TIC no 9.º e 10.º anos, no Governo de Eng.º José Sócrates anterior, e como quem também criticou algumas coisas que correram menos bem noutras áreas.

Neste programa, em particular, o que posso dizer é que todo o nosso contacto, tanto a nível do *open source*, como na forma como as coisas se processaram, foi muito bom e muito eficaz e muito profissional.

Além disso, acho que há uma coisa que é inegável: eu posso dizer que foi muito bom — e é uma opinião subjectiva que provavelmente pouco interessará — mas o impacto, na área do *open source*, nestes programas, é inegável.

Nós temos um estudo de usabilidade da Faculdade de Ciências, muito interessante, que, por acaso, não imprimi porque era mais técnico, de 30 páginas, sobre a utilização do *Magalhães 1*, pelas crianças de 6 a 9 anos, e algumas das perguntas preparatórias do estudo de usabilidade — para o estudo de usabilidade mete-se um computador à frente da criança e pede-se-lhe para fazer determinadas tarefas — foi se utilizava o *Windows* ou se utilizava o *Linux*. E fizeram-no com as crianças e com os pais. No universo das crianças, por hipótese, responderam 6 ou 7 que utilizavam o *Linux*; os pais responderam 3. E porquê? Porque, muitas vezes, os pais nem se apercebem que as crianças estão a utilizar o *Linux*, vêem utilizar o pinguim, vêem utilizar jogos, etc.

Portanto, na parte do Programa e.escolinha, o impacto é muito grande, na parte do Programa e.escola, os profissionais, os pais, os alunos

etc., utilizam o *Linux* também. Como única solução, é muito grande e acho que o impacto tem aqui uma melhor avaliação do Programa, a nível da capacidade do *open source*.

Quanto à questão das perspectivas para a empresa de conseguir incorporar, é um programa importante para nós. O Sr. Deputado fez, também aqui, com a questão dos números, uma demonstração que, de facto, têm relevância para a nossa facturação ambos os programas.

Há outras questões que têm também muito importância como a investigação e a consultoria, que, com parte do *software*, é uma das pernas de um tripé, mas achamos que, de facto, vai ser muito positiva não só para nós que, a nível de produto, temo-lo melhorado bastante com parcerias, admitindo os nossos erros e identificando o que está menos bem, mas também a nível de contactos. Temos trabalhado com o JP Sá Couto e com a Inforlândia, que é uma coisa que parece trivial para empresas portuguesas, mas que, se não há projectos com massa crítica, esses contactos não acontecem. E no mercado, faltam esses clusters portugueses que façam isto. Temos contactos, por exemplo, com parceiros franceses, onde esse contacto entre fabricantes de *hardware* e fornecedores de *software* aparece de forma muito mais fortuita.

Portanto, também aí, o balanço para nós, Caixa Mágica, foi bastante positivo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Dr. Paulo Trezentos, vou colocar-se só uma questão que ainda não consegui compreender totalmente.

Há bocado disse, se bem entendi, na resposta ao Deputado Pedro Soares, que, depois do lançamento público do computador *Magalhães*,

como computador a produzir em Portugal na parceria Intel/JP Sá Couto, a Caixa Mágica contactou a JP Sá Couto para, nesse computador, posicionar o seu produto, com, igualmente, a componente do apoio técnico. E disse-nos que, depois de uns testes em pouco tempo e da validação do Ministério da Educação, recebeu a resposta de que seria integrado o seu *software*.

Portanto, as questões que lhe deixava eram as seguintes: o Ministério da Educação esteve, desde o início, envolvido nesse processo da atribuição desse *software* a esse computador? Os senhores só contactaram a JP Sá Couto ou contactaram também, para efeitos de *software* a introduzir, etc., além do processo operativo, contactaram o Ministério da Educação e o Ministério da Educação contactou também outros?

E, por fim, independentemente destas questões, se, nessa altura, contactou a Secretaria de Estado das Obras Públicas, o Ministério da Educação e outros produtores para saber se, no âmbito do mesmo programa, do e.escolinha, que, entretanto, já se sabia do próprio lançamento do memorando entre a Intel e o Ministério, estavam a ser contactados para a produção do mesmo computador ou de um computador idêntico para o mesmo programa.

Era só.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Portanto, são duas questões e, quanto à primeira, informo que, na primeira interacção com o Ministério da Educação e JP Sá Couto, não houve uma validação, houve uma avaliação para saber se aquilo realmente correspondia ou não ao que ia integrar no computador, o que tem a ver também com a segunda questão que coloca.

Esses contactos são em paralelo, quer dizer, nós temos um contacto com o Ministério da Educação, até por via dos projectos anteriores, como já referi, em 2004, e, portanto, há um contacto permanente como há com outras entidades.

E perguntou-me, muito objectivamente, se a decisão tinha sido do Ministério da Educação ou da JP Sá Couto.

Nós não sabemos. Sabemos que o nosso interlocutor primordial é JP Sá Couto, que integra as várias partes, mas não sabemos se a decisão do *Linux Caixa Mágica* foi da JP Sá Couto, do Ministério da Educação ou de quem foi. Ele é o nosso interlocutor. Mas sabemos que, em paralelo, fizemos chegar informação sobre a solução ao Ministério da Educação, ao JP Sá Couto, enfim, aos intervenientes envolvidos.

Outra questão que coloca é a relação a outros fabricantes do e.escolinha. Mais uma vez, o nosso interlocutor é o JP Sá Couto e, portanto, nós, em concreto, com o Programa e.escolinha, não sei se houve outros fabricantes ou outros interlocutores. Nós contactamos directamente com o JP Sá Couto para aquele modelo de *hardware*.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a minha pergunta vai no sentido de tentar aqui perceber por que é que, no caso do e.escola, contactaram vários fabricantes e as operadoras e tudo o mais mas, no e.escolinha, só contactaram o JP Sá Couto. Enfim, perguntava por que é que usaram estas duas tácticas diferentes de abordagem para introduzir o vosso produto no programa, que estava a ser lançado por um Governo, de fazer chegar computadores portáteis às crianças e aos jovens, respectivamente.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — A abordagem foi a mesma, isto é, nós contactamos quem nos parecia estar no mercado com a oferta, mas os nossos interlocutores, no mercado com a oferta no Programa e.escolinha, só encontramos a JP Sá Couto, por motivos que esta Comissão saberá. Portanto, no mercado havia a JP Sá Couto e foi com eles que trabalhamos o Programa e.escolinha.

Agora, por exemplo, no e.escolinha 2, que há um concurso público, temos trabalhado com outros interlocutores para a fase de propostas, em que nos encontramos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tinha apenas duas questões.

No processo natural, quando se vai discutir e quando se vai mostrar um *software* para ver se ele está dentro dos parâmetros exigidos, também se discute, obviamente, os custos desse *software*. Imagino que vocês também devem, como será normal em qualquer proposta, ter tido em conta os custos de escala, isto é, a amortização dos custos pela venda massiva do *software*.

E, no caso particular do e.escolinha, gostava de saber se, na primeira conversa, naquela que terá acontecido na primeira ou na segunda semana a seguir ao anúncio do *Magalhães*, com o Ministério da Educação mas também com o JP Sá Couto, se vocês já estavam a propor preços de venda do *Caixa Mágica*, tendo em conta o valor esperado de vendas que seriam cerca de 400 000 ou 500 000 computadores porque foi esse o universo alvo, mas seria esse também um ponto importante que teria

necessariamente de surgir na discussão que vocês tiveram com JP Sá Couto.

E, nesse contexto, a primeira pergunta é: sendo normal que isso aconteça, pergunto se isso aconteceu.

A segunda pergunta, que é recorrente, é: se vocês perguntaram ao Ministério da Educação ou à JP Sá Couto qual era a previsão de vendas antes de fazerem a proposta do preço do custo pela customização do *Caixa Mágica* para, depois, poderem com isso também fazer a proposta final.

A segunda questão, embora não tenha a certeza de ter compreendido bem e, por isso, é que queria que qualificasse. Portanto, do que eu percebi, dentro das ofertas de *open source*, vocês tiveram também concorrentes face à Inforlândia e face mesmo à JP Sá Couto.

Queria que me confirmasse se isso é verdade ou não porque, mesmo assim, sendo um avanço enorme da possibilidade de as crianças poderem escolher entre o *Linux* e o *Windows* nos seus computadores, e, obviamente, que o pinguim tem aqui uma vantagem enorme pela empatia que cria para com os mais jovens, é, apesar disso, a concorrência, o facto de dizermos, logo à partida, que uma opção é a *Microsoft* e outra opção será um qualquer *open source* porque teremos aqui a redução de metade do espectro a um produtor e outra metade a vários produtores.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Em relação à primeira questão que colocou o Dr. Pedro Soares, os custos, quando fizemos a proposta no âmbito do e-escolinhas e do *Magalhães*, do modelo *Magalhães* em particular, não tendo a percepção se é o Programa e-escolinha se é outra

coisa, fizemos com base como se faz em termos de proposta de negócio, em mais escalões. E, portanto, nessa altura foi-nos dada uma indicação dos escalões, de 1 a 10 000, de 10 000 a 1000 000, de 100 000 a 500 000. Penso que, nessa altura, já a JP Sá Couto falava em exportação e, portanto, aqueles escalões foram os escalões para os quais apresentamos proposta. Os 2 € que referimos foi quando a venda do computador *Magalhães* bateu naquele escalão correspondente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então a JP Sá Couto já, nessa altura, quando vocês entraram logo na semana a seguir, nos dias seguintes à apresentação do *Magalhães*, logo nessa altura, para além da exportação, já vos garantiu os tais 500 000 computadores internos?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Não, não, pelo contrário, assim não precisamos de escalões. Recordo-me que foi necessário fazer escalões, de 1 a 10 000, de 10 000 a 100 000, 100 000 a 500 000 precisamente para contemplar a saída. Eu não estou a dizer que a JP Sá Couto sabia ou não quando é que ia vender, estou a dizer aquilo que foi colocada a *Caixa Mágica*, o que nos pareceu razoável a nível de negócio que é uma série de escalões com o número de vendidos. E, portanto, nessa proposta, recordo-me que os 2 € calhavam naquele escalão.

Recordo-me que também, quando nos saíram notícias a cerca da possível venda lá fora também de *Magalhães*, na altura até se pensou que eventualmente poderíamos também conseguir comercializar *Caixa Mágica*, quem sabe agora um dia, também lá fora permitindo aumentar e baixar esse preço unitário, como disse, por causa de custos fixos que são diluídos pelas economias de escala e vender mais, e, portanto, seria um escalão acima. E, portanto, a proposta, nessa altura, foi feita por escalões.

Em relação à segunda questão que coloca, referi que quando foi no Programa e.escola em particular, e falando de cada um deles e do Programa e.escola, para mim, não há tanta visibilidade se há ou não há concorrência no sentido em que, penso eu, os nossos concorrentes e de alguma forma se a Caixa Mágica não gosta de estar no mercado quase monopólio no *desktop* pela Microsoft também não gostamos de ser nós o monopólio no *open source*, até porque há boas soluções do *open source* a nível português, distribuições (...) a nível internacional.

O que nós sabemos é que, por exemplo, no Programa e.escolas não sei se houve alguma oferta ou uma tentativa de oferta ou não. Sei que no Programa e.escolinha, quando foi feito os primeiros testes, como referiu, do *hardware*, foi-nos dito que estavam a ser outros *Linux* testados. Não sei se é ou não *bluf*, mas sentimos que havia concorrência.

Informalmente também posso dizer que soube de outras entidades, outras pessoas que estavam a testar o mesmo *hardware* tal como nós estamos a fazer. Isso foi a nível informal de contactos pessoais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Paulo Trezentos.

Sr. Deputado Bruno Dias, tem mais alguma questão?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, então, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu agradeço as informações e, aliás, em resultado das respostas dadas pelo Dr. Paulo Trezentos, inclusive questões que eu coloquei, esta matéria suscita um conjunto de aspectos que importa clarificar.

Fica relativamente evidente, inclusive das informações que nos trouxe, que não houve, obviamente, nenhuma imposição, do ponto de vista das especificações e dos requisitos mínimos para o Programa e.escola, ao nível dos computadores, que colocasse a obrigatoriedade da utilização de *software* livre, quanto mais não fosse em *dual boot*. Não temos, que eu saiba, essa especificação, Sr. Presidente.

Neste sentido, vou apresentar na mesa um requerimento para que seja fornecida a esta Comissão de Inquérito o documento das especificações técnicas, dos requisitos mínimos e dos preços máximos definidos pela Fundação para os computadores portáteis do e.escola, porque esta é matéria de onde nasce depois a decisão, que, alegadamente, é tomadas pelos operadores, ou, neste caso concreto, pelos fabricantes.

Aproveito para, neste mesmo requerimento, colocarmos a solicitação para que seja trazido à Comissão de Inquérito o relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers que tomamos conhecimento esta manhã na Comissão de que tinha acontecido com referência a 4 de Setembro de 2009. Há uma coisa muito importante e que tem a ver com esta matéria do *software* utilizado no e.escolinha, nomeadamente, são as negociações e as reuniões regulares entre o Governo e a Intel. É que um dos memorandos de entendimento entre o Governo e a Intel prevê, justamente, a realização de reuniões anuais de acompanhamento ao processo, ao mais alto nível entre o Ministério e a Intel casa-mãe, onde essas matérias, naturalmente, teriam de ser tidas em conta. E eu quero, justamente, colocar ao Dr. Paulo Trezentos se tem algum conhecimento sobre os processos de decisão e as formas de chegar ao bom resultado que mencionou de haver *dual boot*, ou seja, alternativa disponibilizada em todos os computadores portáteis do e.escolinha, no mínimo dos mínimos isto seria exigível desde o princípio, e resta saber como é que chegamos aí, porque se há países onde nem sequer *software* proprietário (e aqui não se trata de empresa A, B ou C) é colocado

nos portáteis, e nos portáteis feitos na JP Sá Couto que vão para o estrangeiro, porque o projecto Camaina, que vai para a Venezuela, não tem *software* proprietário, que eu saiba. Portanto, esta é uma situação que não decorre de obrigatoriedade nenhuma a montante na negociação com o fornecedor do *hardware*. Logo, deste ponto de vista há uma negociação que é colocada e que é possível realizar. Esta é a primeira questão sobre esta matéria.

Depois, suscitou uma dúvida a informação que trouxe, relativamente aos contactos com os fabricantes e da receptividade entre empresas nacionais e empresas multinacionais. E parece que só tiveram receptividade destas empresas nacionais que citou, a Inforlândia e com particular destaque, a JP Sá Couto, eu gostava de perguntar que contactos é que foram realizados com a Prológica e com que resultados porque parece-nos que a Prológica, directa ou indirectamente, teve aqui um papel importante neste processo ao nível do e-escolas e nós gostávamos de saber que relacionamento e que desenvolvimentos é que teve este processo de contactos na fase inicial.

Também me chamou a atenção o que o Sr. Dr. colocou na segunda intervenção há pouco, e que o Eng.º Mário Lino também referiu na reunião que teve connosco que foi a pressão levada a cabo pela Microsoft, relativamente à opção sobre o *default* nos computadores *Magalhães*, ou seja, se arrancava automaticamente sem nenhuma intervenção do utilizador ou se, tal como ficou e menos mal, é preciso que, de facto, haja uma opção sem activações automáticas por *default* e eu gostava que nos pudesse dar mais algum esclarecimento sobre essa pressão, essa situação que trouxe e que mencionou na sua intervenção.

Uma última questão, Sr. Presidente, é a seguinte: se bem entendi, relativamente às poupanças entre *software* livre e *software* proprietário no e.escola, um computador e.escola com o *Windows*, comparativamente com

um computador e escola com *software* livre, tinha uma diferença de 70 €. Ora, esses 70 € deram para colocar uma placa gráfica integrada que deu mais qualidade ao computador. Mas agora pergunto-lhe: esses 70 € não poderiam ser usados para pôr o computador 70 € mais barato?

Ou seja, quando as famílias tinham à escolha pagar, por exemplo, 150 € no escalão de menor participação no e.escola, haviam algumas que pagavam menos, etc., mas professores, a maior parte das pessoas que se candidatavam a este programa, tinha um preço que suportavam da sua carteira de 150 €, escolhiam pagar 150 €/computador com *Windows* ou pagar 150 €/computador com *software* livre e uma placa gráfica melhor.

Nunca surgiu a hipótese de a opção ser colocada às famílias era pagarem 150 € ou 80 entre um computador e outro? Esta questão não foi colocada?

É claro que tudo isto já passou e há conversas que podem ter ficado esquecidas mas penso que qualquer um de nós, confrontado com esta situação e com as opções decorrentes desta poupança, poderia aqui uma oportunidade única na história da Caixa Mágica talvez, de colocar no mercado eu sei lá quantos mais computadores quando as famílias estivessem a optar entre 150 € ou 80 como preço a pagarem. E, portanto, pergunto se esta questão não foi colocada e se foi colocada qual foi a resposta porque faria toda a diferença obviamente, já que não estávamos na opção do *dual boot*, se a opção tinha que ser feita em alternativa, e essa é uma outra discussão, mas, neste contexto, como é que o problema foi tratado e como é que foi resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Eu ia dirigir-me ao Sr. Deputado Bruno Dias só porque tenho aqui quatro questões mas a primeira não apanhei totalmente que foi a questão do *dual boot* no e.escola.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Permite-me dizer o seguinte: ficou claro que no e.escola não houve, digamos, a obrigatoriedade, e não vamos dizer que houve cargos que não houve, mas em sede de definição de especificações mínimas a colocar aos operadores, tal como mais tarde apareceu no e.escolinha não apareceu no e.escola. E é essa a questão como é que tem conhecimento de ter chegado ao resultado que se chegou no e.escolinha e a ausência desse resultado no e.escola. Não sei se me fiz entender agora?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Agora perfeitamente. Obrigado pelo esclarecimento.

Em relação então a essa mesma questão, não é do nosso conhecimento que tem havido qualquer imposição do *dual boot*, até porque nunca fomos questionados ou confrontados com a necessidade de fazer *dual boot* para o Programa e.escola. Portanto, tanto quanto sabemos, não houve esse requisito do *dual boot*. E da nossa parte, é esse o contacto que temos. Não houve como houve para outros programas.

A nível de indústria, se me quiser perguntar, a questão é se os vários elementos que estão no programa, alguns deles eventualmente não exportariam o *dual boot*.

Em relação à segunda questão, a da receptividade, e em concreto da Pro-lógica, a Prológica foi um integrador que comercializou a Toshiba e, de facto, foi uma das entidades com quem nós andamos em contactos. E, aí, recordo-me perfeitamente que bastantes meses foram passados em negociações com a Prológica com a opinião até do Gabinete do Ministro

das Obras Públicas, no sentido de dizer «ok., estão aqui várias soluções, portanto, falem entre vocês e vejam se há aqui algum produtos» e, de facto, a Toshiba adiou uma decisão de ter *open source*. Nunca tivemos uma opinião ou decisão positiva da Prológica para integrar no seu produto Toshiba *open source*, apesar de ter sido desafiado, questionado e solicitado. A informação que nos foi dada foi que, por regras de multinacional, não era possível. Essa foi a decisão final que tivemos nessa altura.

Em relação à terceira questão, e esclarecendo um bocadinho essa questão do *boot*, eu vou tentar cingir-me aos factos porque também não trago valor em fazer duendes e insinuações.

Em 2004, por exemplo, no Programa das Salas TIC com o *dual boot* surgiu, em sede de discussão técnica do projecto, a necessidade de definir, quando o computador arranca por omissão, se arranca num sistema operativo e noutro sistema operativo.

Dentro da estrutura do Ministério da Educação, que é quem era o responsável pelo projecto, aquilo escalou até que houve uma decisão que foi a favor da Microsoft. Não vou dizer que houve pressões da Microsoft porque seria sempre uma insinuação e não temos factos para provar. Escalou e quando escalou, tal como aconteceu noutros projectos, escalou e, por omissão, Microsoft!

O que foi uma surpresa para nós — e daí também isso estar vivo — foi que, neste projecto, voltou a colocar-se exactamente a mesma questão e, como já tínhamos visto aquele episódio, pensamos «bem este episódio vai ter o mesmo fim que o outro episódio» e, portanto, estávamos preparados até para ser o *Windows* a arrancar por omissão e fomos surpreendidos porque a decisão foi «não, fica aqui à espera até que a pessoa decida». E, portanto, a forma como essa decisão foi, mais uma vez deve ter escalado internamente, não sei, mas não houve essa decisão, houve uma decisão, que acho razoável, que é «o aluno escolhe».

E foi esse todo o contacto que tivemos com factos no âmbito desta questão da decisão do *boot* de arranque.

Em relação às poupanças, queria só fazer uma pequena correcção, que até nem traz nada para a discussão: o Dr. Bruno Dias falou numa poupança de 70 €. Com as facturas é possível chegar melhor a esse valor, mas é 70 € menos 5,9 €, que é o valor da *Caixa Mágica* e, portanto, a poupança seria, tal como aqui foi feita, de 64,1 €, eventualmente.

A questão que coloca, muito objectivamente, é se foi ou não foi possível fazer um produto mais barato incorporando esta poupança.

Nunca foi discutida, formalmente, essa questão. O programa tinha valores predefinidos e nós próprios, por experiência, sabemos que, às vezes, é um pouco difícil, quando os programas estão a decorrer, fazer alterações, isto é, fazer a opção A, opção B ou a opção C. Nunca foi colocada. Claro que, para nós, a nível de negócio, várias vezes pensámos que poderíamos ter aqui uma oportunidade de fornecer um produto mais barato e, aí, fazendo o entrelaçamento daquele *target* por preço, ao contrário de por *hardware*, mais competitivo.

Nunca levantámos, formalmente, a questão, o que sentimos foi que, e às vezes também temos que focar, tínhamos ali uma oferta que estava a decorrer bem e, portanto, seria eventualmente difícil, no âmbito do programa, fazer essa alteração.

Nunca colocamos, formalmente, essa questão, nem nunca nos foi formalmente também questionado se valeria ou não a pena fazê-lo.

Não sei se esclareci as questões do Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu não quero abusar da bondade e do empenho do Dr. Paulo Trezentos nesta reunião, mas reparei

que disse a palavra «formalmente» umas quatro ou cinco vezes, na sua resposta. É natural, do ponto de vista dos ofícios e das comunicações oficiais, e eu admito perfeitamente a hipótese de isso não ter sido colocado expressamente, mas fico sem o esclarecimento de a questão ter surgido, de facto, nos contactos.

Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, porque tem a ver com esta questão, fazia uma pergunta, que é de absoluto leigo.

Já percebi que o Sr. Deputado Bruno Dias sabe muito destas coisas de computadores, mas a questão que queria pôr é mesmo uma questão de leigo.

Portanto, resulta das palavras do Sr. Dr. que um computador que tenha e que suporte os dois *softwares*, o livre e o *Windows*, ou coisa que o valha, fica sempre mais caro porque é uma licença mais a customização e mais o suporte e mais não sei quê. Portanto, fica sempre mais caro do que ter só um. É isso?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — A pergunta é se um computador...

O Sr. **Presidente**: — ... com *dual boot*, como se diz, fica sempre mais caro do que com um só?

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Não, necessariamente. Eu sei que matematicamente...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Se me dá licença, era só para recordar que o Dr. Mário Franco confirmou aqui que, no e.escolinha, no Magalhães,

a licença Microsoft ficou mais barata substancialmente do que no e.escola, apesar de ser *dual boot*.

O Sr. **Presidente**: — Por isso é que eu estava a perguntar!

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Só um esclarecimento complementar: acho que este facto é um contra-exemplo porque matematicamente dois é sempre mais caro do que um, se um retiver uma das parcelas do um mais um. A questão é que, muitas vezes, em termos comerciais, a questão de haver um segundo sistema operativo, como o Deputado Bruno Dias referiu, pode ser interessante do ponto de vista negocial com a concorrente e, portanto, por vezes, isso é um factor mas, muitas vezes, na negociação, esse factor não é importante. Não estou a dizer que seja, estou a dizer que, eventualmente, o factor pressão negocial pode ser interessante para fazer baixar o preço do *dual boot*.

O Sr. **Presidente**: — Não percebo nem quero perceber o mercado, mas o que percebo é que, quando há o tal sistema do *dual boot* nos computadores, um deles é sempre o *Windows* e, sendo assim, há um que é constante. É isso? Olhando para a prática...

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — É a vida!

O Sr. **Presidente**: — Sim, é a vida.

Eu estava a recordar-me dessa informação, que foi prestada aqui, na Comissão, justamente sobre o preço pago unitariamente, por computador, contendo os tais dois sistemas e tínhamos a informação de que ficou mais barato.

Por isso é que estava a fazer essa pergunta.

Não sei se o Sr. Dr. já terminou, mas peço desculpa pela interrupção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, é só sobre este tema, se permite.

O que ficou claro também aqui foi que a concorrência só existiu da parte do *Linux* e não da parte do *Windows*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputados, vamos ouvir a resposta do Sr. Dr. Paulo Trezentos.

Tem a palavra, Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Desejava fazer um esclarecimento em termos da questão do «formalmente».

Eu quando quis dizer «formalmente», quis dizer no âmbito do programa. Portanto, nós, com o parceiro Inforlândia, tivemos que sugerir a ideia de preço mais barato, em vez de dar a placa gráfica, fazer outra aposta. Portanto, nós temos ali uma vantagem competitiva que queremos pôr em prática e, como não conseguimos pôr noutros canais, naquela estávamos a conseguir pôr em prática, mas nunca levámos esta ideia, como levamos outras, a ser projecto, nunca confrontamos o Ministério das Obras Públicas ou a TMN a dizer «olhe e se nós agora fizemos mais barato?». Porque, se calhar, entendemos, e mal, que ia ser difícil alterar o preço, que é um dos critérios constantes do programa. Mas, se calhar, poderia ter sido uma boa ideia para dinamizar o negócio.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, mas há uma questão que o Sr. Deputado Bruno Dias colocou e que eu não percebi a resposta e solicitava ao Sr. Dr. Paulo Trezentos se, antes de fechar, poderia clarificar.

A pergunta tem a ver com a questão das características. Quem é que definiu características? Portanto, conforme perguntou o Sr. Deputado Bruno Dias e é já objecto de requerimento, todos nós sabemos que nos memorandos de entendimentos assinados relativamente ao Programa e.escolinha, está definido um conjunto de características e, portanto, a pergunta que tinha feito e de que não percebi a resposta, era: se estava lá ou não a questão da utilização do sistema operativo alternativo? Se estava, quem é que definiu essa inclusão?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Paulo Trezentos.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — No âmbito do Programa e.escolinha?

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Paulo Trezentos**: — Não sei dizer porque não conheço essa especificação de *dual boot*.

Sei que, de facto, fomos desafiados, então, a fazer esse suporte e o fizemos, mas não conheço a especificação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegamos ao fim desta audição e queria agradecer ao Sr. Dr. Paulo Trezentos os esclarecimentos e a colaboração que deu à Comissão de Inquérito e, enfim, agradecer muito a sua colaboração.

Também queria agradecer aos Srs. Deputados e informar que temos a próxima reunião da Comissão de Inquérito para a semana, nos termos das convocatórias, que já têm ao vosso dispor.

Faça favor, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, não procurando perturbar os trabalhos da Comissão, mas, há pouco, a propósito das questões das especificações do e.escolinha, eu mencionei a entrega de um requerimento.

Nesta parte final e antes de a reunião terminar, pedia-lhe licença para dar nota ainda de uma outra iniciativa, que gostaria de apresentar, neste momento, que é de uma proposta para que seja oportunamente, isto é, no final da ronda de audição, novamente chamado à Comissão de Inquérito o Dr. Mário Franco.

É que há um conjunto de informações que, entretanto, e após a sua reunião, já tivemos oportunidade de ouvir, quer da parte do Prof. Eduardo Cardadeiro, quer da parte do Presidente do Conselho Geral da Fundação, inclusivamente no que diz respeito a negociações, que foram realizadas entre o Estado, por via do Ministério e da Fundação e empresas privadas, que justificam que haja clarificação concreta por parte do Dr. Mário Franco sobre matérias que importam, de facto, esclarecer e dissipar quaisquer dúvidas.

Nesse sentido, apresentamos este requerimento para o regresso, por assim dizer, do Dr. Mário Franco à Comissão de Inquérito, bem como os documentos que, há pouco, mencionei como sendo necessários.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, não vamos entrar em discussão sobre esta matéria, mas, em relação a uma e outra matéria, ou seja, em relação à questão dos requerimentos, que o Sr. Deputado Bruno

Dias já tinha, de resto, anunciado que ia fazer, vamos fazer como habitualmente: vou distribuí-los pelos Srs. Deputados e vamos votá-lo na próxima reunião. O mesmo vamos fazer em relação ao requerimento de nova audição do presente da Fundação, no fim das audições, tanto quanto percebi.

Portanto, vai também ser distribuído o requerimento do Sr. Deputado Bruno Dias e votaremos na próxima reunião, como temos feito habitualmente quando se põem estas questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, é só para fazer um pedido de esclarecimento porque — e isso está na acta, salvo erro, da terceira reunião —, depois de termos ouvido o ex-Ministro Mário Lino, eu referi nessa reunião a necessidade de se ouvir de novo o Presidente da Fundação. E tínhamos consciencializado que a abertura de um segundo processo de novas audições seria no fim desta primeira ronda, por forma a, depois, avaliarem-se novas audições. Foi isso que nós tínhamos consciencializado.

E isto é importante porque, como é evidente, porque há regras que combinamos e a apresentação do requerimento determina a forma como as audições são feitas.

Portanto, pergunto se está aberto o tal segundo período para audições e, se é assim, vamos tratar, então, de começar a trabalhar nesta lista da tal consciencialização ou se a apresentação deste requerimento do Partido Comunista não é um pouco extemporânea nesta fase, em face daquilo que tínhamos consciencializado.

Era só isso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com toda a franqueza do mundo, acho que essa é uma discussão que não temos que ter hoje, nem temos que ter agora.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, eu sugeria o seguinte: que essa discussão foi tida em reuniões com os coordenadores...

O Sr. **Presidente**: — Como, aliás, temos feito habitualmente e, portanto, é assim que se resolvem essas questões e é mais fácil.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu, pela minha parte, não esperava ter essa discussão agora, mas esclareço o que for preciso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, julgo que não vale a pena estarmos a ter aqui esta discussão e, ainda por cima, na presença do Dr. Paulo Trezentos, que já terminou a sua audição e, portanto, julgo que podemos terminar, por agora, os trabalhos, e vamos discutir essas e outras questões até à próxima reunião e na próxima reunião anunciaremos a decisão sobre isso.

Boa tarde a todos.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 32 minutos.